

Marcio Pochmann



1290003245

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAM

Instituto de Economia

CEDOC/IE

**A DEGRADAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO NAS PRINCIPAIS
ECONOMIAS**

Monografia apresentada ao Instituto de
Economia da Universidade Estadual de
Campinas como requisito para a
conclusão da disciplina Monografia II
– Área de concentração: Economia
Social de do Trabalho – orientada pelo
Prof. Dr. Márcio Pochmann

HELENA



TAISE CRISTINA GEHM

CAMPINAS, 2007

TCC/UNICAMP

G274d

3245/IE

APROVAÇÃO

Autora: Taíse Cristina Gehm

Título: A degradação das relações de trabalho nas principais economias

Formaram parte da banca:

Prof. Dr. Márcio Pochmann

Faculdade de Economia – UNICAMP

Prof. Dr. Denis Maracci Gimenez

Faculdade de Economia – UNICAMP

Campinas, 26 de junho de 2007

A Deus, que sempre me
fornece seu apoio e amor
incondicional.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao Prof. Márcio Pochmann, que aceitou de muito bom grado orientar o presente trabalho, me ajudando com as diretrizes que eu tanto precisei; e ao Prof. Denis Maracci Gimenez, que possibilitou minha iniciação na área social e do trabalho, tendo muita paciência em me ensinar e acompanhar meus primeiros passos no estudo científico, além de participar deste trabalho com observações de muito valor. Agradeço especialmente ao Prof. José Dari Krein, que de muito boa vontade auxiliou-me tanto nessa monografia, quanto em conselhos e informações que foram extremamente úteis para minha vida profissional e acadêmica.

Agradeço ao Ricardo e a minha família, que forneceram todo o apoio que necessitei durante toda a graduação, especialmente nesta etapa final. Acima de tudo, agradeço a Deus, que sempre me auxiliou e munuiu-me de tudo o que sempre necessitei, me apoiando em todos os meus projetos.

RESUMO

O presente projeto visa analisar a atual estrutura e as recentes mudanças do mercado de trabalho nos países desenvolvidos. A partir da década de 1970 iniciou-se a desestruturação do emprego, com o fim das políticas de bem-estar social e do compromisso do estado com o pleno emprego. A primeira análise a ser feita é sobre a questão do emprego, com base nas teorias vigentes. Em seguida faremos o estudo sobre algumas das mudanças no mundo do trabalho, com uma breve análise das questões que levaram à precarização do mercado de trabalho. A última parte consistirá no sucinto levantamento da atual situação do mundo do trabalho nos países desenvolvidos, como a interferência das agências globais e a importância crescente da flexibilização.

Palavras-chave: Países desenvolvidos, mercado de trabalho, precarização, flexibilização, crescimento econômico, desregulamentação, setor terciário.

Introdução.....	1
Capítulo 1 – Condicionais do mercado de trabalho no pós-guerra.....	2
1.1 Contexto pós-guerra	2
1.2 Teorias sobre o emprego.....	5
Capítulo 2 – Os sinais de degradação do trabalho nos países avançados.....	12
2.1. Breve conjuntura do mercado de trabalho nas últimas décadas.....	12
2.2. Algumas especificidades dos serviços nas principais economias.....	26
Capítulo 3 – Algumas questões colocadas ao Mercado de Trabalho e as recentes mudanças.....	33
3.1. O papel das “agências globais” no mundo do trabalho.....	33
3.2. Precarização e a flexibilização: Temas centrais no mercado de trabalho atual..	35
Conclusão.....	39
Referências Bibliográficas.....	41

Introdução

Ao longo do século XX o mercado de trabalho passou por muitas transformações. No primeiro momento era deixado “nas mãos do mercado”; com a crise de 1929 e a Teoria Geral de Keynes, viu-se a necessidade de intervenção estatal na economia e na sociedade. O pós-guerra foi marcado por atuação ativa do Estado nas principais economias, caracterizando-se pelo Estado de bem-estar. O choque do petróleo dos anos 70, bem como a dificuldade de financiamento dos governos nacionais, trouxe o comprometimento da atuação estatal na sociedade. Deste modo, o pleno emprego ruiu-se.

A estrutura do emprego também modificou-se – a urbanização acelerada resultou na brusca redução da importância relativa do setor primário. Em compensação, os serviços ocuparam espaço crescentemente, compensando, em muitos períodos, a perda ocasionada pelo setor agrícola. A participação feminina ganhou expressão: a mulher passou a ter participação ativa no mercado de trabalho – a inserção recente veio acompanhada com preconceitos e salários mais baixos.

Em todo o contexto do mundo do trabalho no final do século XX e início do século XXI, assistimos a uma desregulamentação crescente. A flexibilização da mão de obra tornou-se um requisito fundamental para a redução das taxas de desemprego; a intervenção estatal acabou sendo criticada, sendo defendido a atuação do Estado mínimo – que supra somente as necessidades de policiamento, etc.

O presente trabalho visa a análise das principais questões colocadas, tendo como alvo o estudo das principais economias - como EUA, Japão, Alemanha, Itália e França – que muitas vezes recebem fortes pressões sociais por melhoria da qualidade de vida, assim como pressões por investimento público e crescimento econômico. Geralmente os países desenvolvidos são caracterizados por pesados gastos sociais, como também elevada tributação, fazendo com que a redução da intervenção estatal seja visto com maus olhos pela sociedade.

Capítulo 1 – Condicionais do mercado de trabalho no pós-guerra

A reconstrução da Europa após a II Guerra Mundial trouxe como um dos principais resultados o crescimento econômico acelerado nas principais economias – EUA, Japão, Alemanha, Itália e França. Com um contexto econômico bastante dinâmico, houve a possibilidade dos Estados nacionais realizarem políticas sociais voltadas aos trabalhadores.

Como será apresentado neste capítulo, a estagnação econômica iniciada na década de 1970 fez com que as políticas de bem estar e pleno emprego ruíssem, acarretando em prejuízos crescentes aos trabalhadores. Os danos tiveram como principais resultados as flexibilizações, fim das negociações coletivas e crescentes inseguranças no trabalho.

1.1 Contexto pós-guerra

O pós-guerra foi marcado por um sentimento antiliberal, com o predomínio do medo de uma crise semelhante à de 1929. Houve a preponderância da intervenção estatal e sindical nas relações de trabalho; um exemplo ocorreu na reunião do Bretton Woods, onde ocorreu o fortalecimento das instituições de regulação dos mercados nacionais e a ampliação dos esquemas de proteção social na órbita dos Estados. Os trabalhadores conquistaram crescentes aumentos salariais, pois a política macroeconômica era voltada ao pleno emprego. Os empresários industriais aceitaram o maior papel dos trabalhadores e de suas organizações, bem como o maior grau de envolvimento do Estado na economia em troca da aceitação pelos trabalhadores da propriedade privada e do controle privado na economia.

Com o pós-guerra, houve a emergência de um novo Estado, com governos tipicamente keynesianos. Ocorreu o predomínio de políticas para o bem-estar social, com pesados gastos do Estado – pode-se denominar de welfare state. Os empregos públicos ganharam grande expressão. Foi um período com baixíssimas taxas de desemprego, negociação coletiva dos salários e pesada intervenção sindical. Segundo Mattoso, as principais características da estrutura produtiva que se consolidou no pós-guerra (com bases na II Revolução Industrial) foram o rápido crescimento internacional da produção e da

produtividade; a liderança do setor industrial; crescente participação do emprego industrial e dos serviços; acelerada mudança das fontes energéticas (substituição do carvão pelo petróleo); aumento da importância e surgimento de grandes oligopólios; entre outros. O período subsequente à II Guerra foi denominado ‘anos dourados’, ou ‘trinta anos gloriosos’; foram anos de exceção da história do capitalismo, pelo seu caráter de maior preocupação social; com o Estado fortemente interventor, engajado no compromisso de pleno emprego e mantendo pesada regulação sobre o mercado. (Mattoso, 1995: 24-27)

Carlos Alonso Barbosa de Oliveira nos alerta para a grande importância dos EUA nesse período como país hegemônico. O dólar passou a ser a moeda internacional, ocorreram a transnacionalização das empresas americanas, investimentos maciços na Europa, o Plano Marshall (nos anos 50 e 60 os EUA foram os maiores credores do mundo). Houve também grande aumento da produção de bens de consumo duráveis e elevado crescimento econômico – por isso os chamados “Anos Dourados”. (Oliveira, 1998: 6-8)

Os 30 Anos Gloriosos foram também caracterizados pelo aumento do nível salarial em muitos países, beneficiando os trabalhadores e seus familiares. Além disso, foram instituídos salários indiretos, com a introdução de pensões, auxílio doença e aposentadorias, que propiciaram melhoria na qualidade de vida da população em geral. Com a estrutura econômica vigente e pelo comprometimento com o pleno emprego, as taxas de desemprego eram quase nulas. Apesar disso, a estrutura do emprego modificou-se continuamente. A agricultura foi perdendo cada vez mais sua importância, principalmente causada pela mecanização do campo, surtindo efeitos no emprego, pelo aumento da produtividade.

Emprego por setor, países selecionados (1870-1973)
(em % do emprego total)

		1870	1960	1973
Alemanha	agricult.	49,5	13,8	7,3
	indústria	28,7	48,2	46,6
	serviços	21,8	38,0	46,1
EUA	agricult.	50,0	8,0	4,1
	indústria	24,4	32,3	32,3
	serviços	25,6	59,7	62,4
França	agricult.	49,2	21,4	11,0
	indústria	27,8	36,2	38,8
	serviços	23,0	42,4	50,3
Inglaterra	agricult.	22,7	4,1	2,9
	indústria	42,3	47,8	42,0
	serviços	35,0	48,1	55,1
Japão	agricult.	72,6	30,2	13,4
	indústria	-	28,5	37,2
	serviços	-	41,3	49,3

Fonte: Apud Mattoso 1995:30

A despeito da contínua queda no emprego do setor primário, houve aumento do nível de emprego graças à maior participação dos empregos nos serviços e na indústria (embora de modo menos expressivo). O aumento dos gastos sociais do governo propiciou a elevação do emprego nos serviços, ocasionado pelo aumento de oferta de empregos públicos. A baixa taxa de desemprego que ainda persistia era denominado de friccional (relativo ao tempo de troca entre um e outro emprego). O aumento geral do nível de emprego era propiciado pelas altas taxas de crescimento das economias, que estavam aliados principalmente às reconstruções do pós-guerra.

A regulação estatal e o forte poder sindical foram fatores extremamente importantes para a segurança no mercado de trabalho. Os Estados nacionais interferiam de maneira positiva no mercado de trabalho; os governos possuíam grande capacidade de financiamento. Aos poucos, seguindo a tendência do setor primário, ocorreu a tendência de uma redução relativa do emprego industrial em relação aos serviços. O Estado nacional elevou o número de empregos no setor público, o que acabou contribuindo para o aumento do nível de emprego. Em geral, o salário passou a não ser mais considerado como um custo para as empresas, mas como parte da demanda global (que está associado ao consumo). Além do crescimento do emprego, no pós-guerra tivemos crescimentos significativos dos produtos dos países.

Taxas de crescimento médio anuais do emprego total e PIB

Em porcentagem

	1968-73		1973-75		1975-79		1979-83		1983-89	
	Emp.	PIB	Emp.	PIB	Emp.	PIB	Emp.	PIB	Emp.	PIB
Alemanha	0,5	4,9	-2,1	-0,6	0,4	3,9	0,1	0,6	0,8	2,8
EUA	2,3	3,0	0,5	-0,9	3,6	4,3	0,5	0,7	2,6	3,9
França	1,1	5,5	-0,1	-0,6	0,5	3,9	-0,2	1,5	0,2	2,6
Inglaterra	0,2	3,3	-0,2	-1,1	0,4	2,9	-1,6	0,5	2,0	3,4
Itália	-0,3	4,6	1,3	1,3	0,7	4,9	0,4	1,7	0,4	3,1
Japão	1,0	8,8	-0,3	1,0	1,2	4,9	1,1	3,3	1,1	4,6
Suécia	0,7	3,8	2,3	3,0	0,7	1,2	0,3	1,1	0,9	2,6
CEE	0,5	4,7	-0,2	0,0	0,3	3,6	-0,5	0,9	1,0	2,9
OCDE	1,2	4,2	0,2	0,4	1,6	4,4	0,3	1,3	1,6	3,9

fonte: Apud. Mattoso, 1995:79

No geral tivemos nesse período, como nos mostra a tabela acima, aumento do emprego e do PIB dos países, principalmente entre o pós-guerra e o final da década de 70. Porém, no final dos anos 80, pudemos observar que o PIB da maioria dos países estava menor, quando comparado ao início do período avaliado na tabela anterior. A queda do PIB

nos países selecionados trouxe comprometimento das políticas de pleno emprego e afetou drasticamente a capacidade de financiamento dos Estados nacionais.

A elevação da concorrência internacional levou ao questionamento dos vínculos das empresas com os empregados. Os trabalhadores foram cada vez mais responsabilizados pela diminuição da produtividade, pelos altos custos e pelos obstáculos à competição (acreditava-se que eram gerados pelos instrumentos de regulação e pelas políticas sociais do Estado). Na década de 1970 pudemos observar o fim do ciclo de crescimento econômico que começara no pós-guerra. Isso ocorreu meio a transnacionalização do capital (agora com maior mobilidade) e a um grande aumento na produtividade do trabalho. A partir desse momento temos a decadência do Estado de “bem-estar social”.

A crise dos anos 60/70 estava atrelada à organização do trabalho. Houve diminuição da mais-valia relativa e redução dos investimentos para mudanças técnicas. Como nos mostra Jorge Mattoso, o contexto econômico nesse período era de estagflação, instabilidade financeira e queda da produtividade. Houve aumento da concorrência internacional e a propagação de fortes movimentos de reestruturação industrial e ajustes macroeconômicos. Esses fatores fizeram com que os empresários demandassem reestruturação produtiva e ajustes macroeconômicos. (Mattoso, 1995: 49-54)

1.2 Teorias sobre o emprego

A questão do emprego insere-se dentro do social-assistencial. Ao contrário do que muitos imaginam, existem sociedades sem social, pois esta é uma definição de uma prática que não se encontra em todas as coletividades do ser humano. As sociedades sem social são regidas por regras ancestrais, costumes e tradições. Nas sociedades em que há o predomínio da sociabilidade primária (versus sociedades com social), podem sofrer com integrações primárias. Castel cita o exemplo da criança órfã, dos indivíduos que (temporariamente ou permanentemente) estão incapacitados ao trabalho, afirmando que “as comunidades muito estruturadas podem, sob certas condições, remediar de um modo incompleto os fracassados da sociabilidade primária, mobilizando as potencialidades desta mesma sociabilidade. Agregam de novo os indivíduos desestabilizados, solicitando os recursos econômicos e

relacionais do meio familiar e/ou social. Assim o órfão será assumido pela família ampliada, o inválido ou o indigente terão um mínimo de solidariedade “natural” na comunidade da aldeia”. Castel afirma que as sociedades caracterizadas pela falta de maior organização do social têm como característica o fato de que a assistência aos carentes é realizada pela iniciativa pessoal. Segundo Castel, as sociedades que fazem economia do social permitem intervenções constitutivas do social-assistencial – deste modo são constituídas as instituições sociais, que não são construídas com base nos costumes e tradições. Estas instituições com a função protetora e integradora precisam de uma especialização e tecnicização mínima, bem como o fato de que dentre os necessitados, alguns serão atendidos e outros rejeitados (de acordo com o critério de pertencimento na comunidade). (Castel, 1998: 47-70).

No século XVI tivemos o início de uma nova política social, que fora propiciada por toda uma conjuntura social e econômica desfavorável, como as crises de subsistência, elevação do preço dos alimentos, peste e subemprego aliado ao aumento demográfico. A principal característica dessas políticas era a exclusão aos estrangeiros, bem como proibição da mendicância e auxílios diferenciados de acordo com a necessidade. Nesse período a reclusão dos mendigos era feita no hospital geral, como meio de não permitir que eles se tornassem um povo independente, vivendo como um povo libertino que não conhece lei, religião, autoridade ou polícia. Portanto a reclusão era um meio de restaurar o pertencimento comunitário, por meio do trabalho forçado intercalado com incessantes orações. Após esse tempo de reclusão, o mendigo estaria pronto para servir ao Estado, como mão de obra disponível para a nação. Castel ainda afirma que durante muito tempo a Igreja foi a principal administradora da assistência, função que foi passada ao Estado. Quase sempre houve uma diferenciação entre os incapacitados ao trabalho e os preguiçosos – estes últimos recebiam menos assistência. As sociedades, ao longo da evolução do capitalismo, foram obrigadas a enfrentar cada vez mais a questão do desemprego. O mundo trabalho passou a ser o alvo de diversas teorias sobre o emprego. (Castel, 1998: 73-81).

Ao longo do século XX, com todas as transformações estruturais do papel do Estado e do mercado de trabalho, a questão do emprego ganhou mais relevância – principalmente com a crise de 29 nos Estados Unidos em que milhares de pessoas ficaram desempregadas e

desassistidas. A partir de então surgiu um novo papel do Estado, que se tornou mais intervencionista. Este papel foi reforçado após a II Guerra Mundial, com o surgimento do Estado do bem-estar social nos países desenvolvidos. Nos países em que há o Estado do bem-estar, o pleno emprego é uma preocupação constante. Em períodos de crises econômicas, onde ocorre elevação do desemprego, o governo se vê na obrigação de intervir, como por exemplo, oferecendo os seguros desempregos. Além do Estado do bem-estar, os sindicatos também são partes interessadas na manutenção do pleno emprego, defendendo a manutenção/crescimento do salário real, as boas condições de trabalho e um alto nível de emprego – esses interesses não podem entrar em conflito, pois os sindicatos estariam fadados ao fracasso. Por este motivo os sindicatos atuam exercendo pressão política. (Offe, 1985: 19-20)

Offe expõe sobre a questão de que os riscos no mercado de trabalho são irregularmente distribuídos, ou seja, determinados grupos estão sujeitos ao maior nível de desemprego, salários mais baixos e maior rotatividade. As discriminações podem estar associadas tanto a questões como educação e nível social quanto à idade, sexo e etnia. Além dessas questões, tivemos o fato de que nas principais economias houve uma degradação do mercado de trabalho a partir dos anos 60, principalmente para determinados grupos. No mercado de trabalho o empregado quase sempre se encontra numa posição desfavorável em livre concorrência. No caso de mercadorias comuns, os vendedores regulam a quantidade, qualidade e preço de acordo com as expectativas de vendas; no caso da mercadoria trabalho os vendedores não têm controle sobre a oferta, pois depende de fatores demográficos. Além disso, o mercado de trabalho sofre outra desvantagem em relação aos outros mercados: os trabalhadores não podem vender sua força de trabalho por um preço menor ao de sua subsistência. A industrialização capitalista trouxe a dependência das pessoas em relação ao mercado de trabalho; tornou-se cada vez mais difícil as pessoas encontrarem meios alternativos de subsistência fora dele. Em todo este contexto torna-se fundamental a intervenção estatal para reduzir os desequilíbrios, com ações reguladoras do mercado de trabalho e de redução da oferta da mão de obra, como a proibição do trabalho infantil, licença-maternidade, aposentadoria, apoio ao maior tempo de estudo dos jovens etc. O Estado também precisa auxiliar os trabalhadores em tempos de crises, com ações como o

seguro-desemprego, que proporciona aos desempregados a possibilidade de esperar por uma melhor oportunidade. (Offe, 1985: 22-29)

Segundo o autor supracitado a evolução tecnológica tornou as empresas cada vez menos dependentes de empregados, com máquinas que possuem maior produtividade. Ao mesmo tempo em que os avanços tecnológicos contribuíram para certa autonomia das indústrias em relação aos empregados, não reduziu a dependência dos trabalhadores em relação ao emprego, que continuam necessitando de trabalho para conseguir um padrão mínimo de subsistência. Para Offe a capacidade de adaptação, no sentido qualitativo, da oferta no mercado de trabalho é outra desvantagem. Ao adquirir um bem de capital, os proprietários são livres (ao final do ciclo produtivo, ou antes) para decidir o que farão com o bem – são livres para vendê-lo e comprar outro bem com uma especialização diferente – isso significa uma oportunidade de mobilidade. O mesmo não ocorre com os vendedores de trabalho, que não podem simplesmente se livrar de toda a determinação qualitativa e assim iniciar uma nova vida. Offe expõe que o trabalhador pode melhorar sua posição através da mudança espacial – o que acarreta em riscos de marginalização e empobrecimento, numa tentativa frustrada de migração ou imigração (que pode ser ainda mais dolorosa, principalmente pelos movimentos crescentes de xenofobia nos países ricos). (Offe, 1985: 30-31)

Pleno emprego não significa emprego absoluto. Em uma sociedade sempre há mudanças na demanda por mão de obra, tanto qualitativa quanto quantitativamente. Um nível aceitável de desemprego no pleno emprego é de três por cento. Um dos principais problemas do pleno emprego, segundo Lord Beveridge, ocorre em tempos de inflação, onde o dinheiro perde seu valor. O emprego depende do gasto, seja ele público ou privado, na forma de consumo ou investimento. O gasto deve ser suficiente para criar uma demanda que cubra a totalidade da mão de obra desempregada. O Estado pode garantir um gasto suficiente através de impostos e outras influências no desembolso da população. A partir de 1944 o Estado passou a desempenhar um papel central no mercado de trabalho, através de suas intervenções. (Beveridge, 1960: 14-17)

Segundo Beveridge o desemprego (em tempos de paz) pode ocorrer devido a um gasto total insuficiente ou a uma demanda desorientada. A primeira condição para o pleno

emprego é a de que o gasto agregado seja suficiente para manter o nível de emprego, que pode ser feito de três formas: consumo (bens e serviços), investimento ou gasto do governo. O importante é que o Estado zele para que o Gasto Agregado que seja suficiente para gerar uma demanda pela mão de obra desempregada. Caso o consumo privado seja insuficiente, o Estado deve intervir gastando mais do que arrecada. Políticas como mudanças na jornada de trabalho também podem ser benéficas, reduzindo assim o número de desempregados. A segunda condição seria a de que as indústrias devem estar prudentemente localizadas – próximas de onde se concentram a maior parte da mão de obra disponível (que normalmente encontram-se nas grandes cidades – um fenômeno de escala mundial nos países desenvolvidos). Beveridge expõe que a terceira condição para o pleno emprego é uma mobilidade organizada da mão de obra. O desemprego não é causado somente pela insuficiência (ou má orientação) da demanda, mas também pela forma como estão orientadas as indústrias. Devem ser eliminados os obstáculos como a resistência dos indivíduos em mudarem de emprego ou cidade. Para que o Estado possa garantir o pleno emprego, há alguns pré-requisitos: deve ter a função de garantir um gasto agregado suficiente para empregar toda a mão de obra disponível; precisa garantir que se obtenha o maior rendimento possível do gasto (deve produzir os melhores resultados) e deve fazer com que o gasto com diversos propósitos seja realmente incluído no programa nacional. . (Beveridge, 1960: 154-165)

Segundo o autor o gasto agregado deve ser planejado; precisa ser executado a partir de prioridades sociais que incluem tanto o consumo quanto o investimento. O Estado precisa tomar medidas para estabilizar o investimento total, pois as flutuações cíclicas podem gerar um nível substancial de desemprego, comprometendo assim o pleno emprego. Beveridge também defende que uma expansão do gasto privado, conseguida por meio de uma redistribuição de renda que aumente a propensão a consumir, deveria fazer parte de uma política de pleno emprego. Esse incremento no consumo deve ser voltado para bens de necessidades mais básicas: alimentos. Além disso, os bens necessitam ser primordialmente de produção nacional, caso contrário acabam por gerar emprego em outros países – o que não contribuiria para a queda do desemprego local. Apesar de ser um elemento importante, a elevação da propensão a consumir não pode ser o único elemento da política de pleno emprego; o Estado precisa se preocupar tanto com o gasto agregado quanto com a

orientação desse gasto (para que efetivamente produza os efeitos desejados no nível de emprego). (Beveridge, 1960: 166-168)

Em contrapartida Offe explica que não há consenso sobre os meios de se alcançar o pleno emprego: “Mesmo quando se começa com a suposição de que a restauração do pleno emprego não será possível sem o crescimento econômico e, portanto, sem uma elevação no investimento dos empresários, surgem duas questões importantes. Primeiro, ainda que a propensão a investir dos empresários fosse aumentada com êxito, o efeito resultante sobre o emprego poderia ser insignificante, devido ao efeito negativo do investimento em racionalização (microeletrônica), em muitos casos (“crescimento sem emprego”). Segundo, mesmo que seja produzido um efeito positivo sobre o emprego, permanece incerto se os chamados “grupos-problema do mercado de trabalho” se beneficiariam e quanto tempo demoraria para que isto acontecesse”. A preocupação estatal não pode concentrar-se tão somente no crescimento da demanda pela força de trabalho, mas também na distribuição equilibrada e mais justa da demanda entre as diversas categorias da força de trabalho. (Offe, 1985: 21)

As mudanças ocorridas mundo do trabalho ao longo do último século acarretaram grandes transformações aos trabalhadores, bem como às relações destes com empregadores. A “revolução da informática” e as novas formas comunicacionais recentemente surgidas nas últimas décadas ocasionaram transformações estruturais no trabalho; o trabalho tornou-se cada vez mais um recurso global – o que não corresponde a um mercado de trabalho global, pois este se encontra cada vez mais segmentado. Sousa Santos defende que a evolução do sistema capitalista provocou mudanças nos mecanismos de sociabilidade: “os dispositivos culturais que orientam a ação humana são cada vez menos determinados por esta e mais por práticas sociais situadas fora do espaço da produção, passando a interação, em vez do trabalho, a constituir-se como principal referência de sociabilidade”. As transformações do mundo do trabalho, com o fim do Estado de bem-estar, fizeram com que o movimento operário, os sindicatos e os partidos operários se enfraquecessem, tornando, deste modo, os trabalhadores cada vez mais vulneráveis aos mecanismos de mercado. (Sousa Santos, 2005: 23-25)

Podemos afirmar que a partir do final da década de 1970 as taxas de crescimento nas principais economias foram drasticamente reduzidas, causada basicamente pelo esgotamento do processo de reconstrução europeia. Com isso, e também pela reorientação internacional voltada para os mecanismos neoliberais de intervenção estatal, os trabalhadores foram prejudicados pelo fim da proteção estatal, abandono do comprometimento dos governos com o pleno emprego, término das negociações coletivas e do mercado de trabalho regulado. Os trabalhadores passaram a vivenciar inseguranças crescentes no mercado de trabalho, pois perderam sua estabilidade. Tornou-se mais fácil aos empregadores contratar e demitir (aumentando assim a rotatividade dos empregados); ao mesmo tempo os sindicatos foram enfraquecidos. A justificativa central para estas mudanças era o fato de que as empresas precisariam flexibilizar a força de trabalho para conseguirem ganhar em competitividade frente à concorrência internacional. A degradação do trabalho fora observada crescentemente nas relações entre empregadores e trabalhadores, ficando estes últimos em condições de cada vez mais desvantagem e menor poder de negociação.

Capítulo 2 – Sinais de degradação do trabalho nos países avançados

Como apresentado no capítulo anterior, no final dos anos 70 e início dos anos 80 pudemos observar a precarização crescente do mercado de trabalho, acompanhado com o fim da atuação do Estado de bem estar. Juntamente a isso, o nível de emprego fora prejudicado pela desaceleração das economias centrais; houve a racionalização produtiva, a flexibilização das relações de trabalho (que se traduziram principalmente no setor de serviços).

2.1. Breve conjuntura do mercado de trabalho nas últimas décadas

As taxas de emprego, nas principais economias, foram comprometidas principalmente pelo desaquecimento das economias (fim do ciclo de crescimento). A estrutura do mercado de trabalho se modificou e os trabalhadores acabaram sendo prejudicados. Tivemos a reestruturação/racionalização produtiva explicitada no capítulo anterior, entre o final dos anos 80 e início dos anos 90 houve grandes avanços tecnológicos. As fábricas das grandes empresas passaram a ser cada vez mais automatizadas. Normalmente essas novas fábricas eram instaladas em locais menos industrializados e com menor organização dos trabalhadores, com a finalidade de enfrentar menos resistência. Nesse período houve a Terceira Revolução Industrial, por causa da onda de transformações capitalistas – ocorreram grandes fragmentações, inseguranças e desigualdades sociais; sucedeu-se o desenvolvimento da tecnologia digital de base microeletrônica. Apesar dessas justificativas, há controvérsias quanto ao assunto. Para Maria Conceição Tavares não houve uma nova revolução industrial, pela simples justificativa de não ter mudado radicalmente a infra-estrutura de transportes ou a base energética. (Mattoso, 1995: 63)

Os anos 80 vieram acompanhados por significativa elevação do desemprego e desregulamentação das relações de trabalho. As taxas de crescimento decaíram de forma brusca, comprometendo deste modo a geração de novos postos de trabalho, e tornando o mercado de trabalho cada vez menos dinâmico. Os sindicatos se enfraqueceram (juntamente

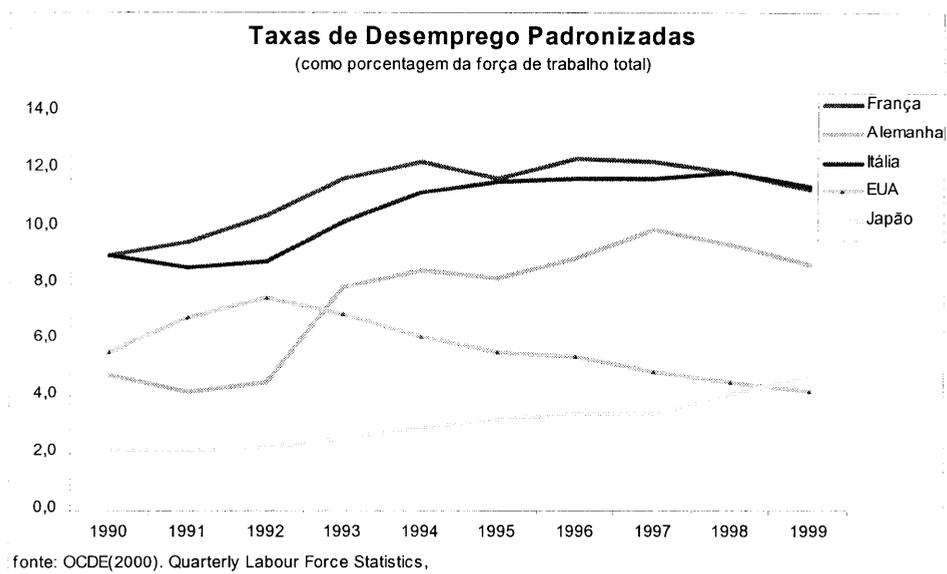
com as negociações coletivas). O resultado obtido foi uma maior flexibilização das relações de trabalho. Essa flexibilização possibilitou a modernização tecnológica, pois os sindicatos estavam mais neutralizados; ao mesmo tempo em que ocorria grande desregulamentação do mercado de trabalho. Com a exceção da Alemanha, Japão, França e Suécia, a regra geral fora a adoção de medidas liberais pelos estados nacionais. Como nos mostra Dedecca, a onda de modernizações ocorridas no início dos anos 80 mostrou-se fracassadas em virtude dos grandes problemas com manutenção e funcionamento de baixo rendimento e acelerado sucateamento. Em contrapartida, por causa das modernizações organizacionais, as empresas japonesas, por exemplo, executaram inovações tecnológicas mais vagarosas e com menos riscos financeiros e produzindo efeitos muito positivos. Na década de 1990 os padrões de relações de trabalho que operavam no pós-guerra continuaram a dilapidar-se. O fim do standard employment relationship e do welfare state abriram espaço para um período de predomínio de inseguranças no trabalho, bem como a desregulação/flexibilização das relações trabalhistas. Segundo Dedecca, em sua mesma obra, essas mudanças foram respostas de empresas e sindicatos ao baixo crescimento nas últimas décadas do século XX. Para ele, do ponto de vista macroeconômico tivemos problemas com o déficit público, com a balança comercial e o temor de elevados desemprego e inflação. Da perspectiva microeconômica, a preocupação com a produtividade, com as pressões dos preços dos insumos e da força de trabalho e a obsolescência dos investimentos passados. (Dedecca, 1999: 21-37)

A globalização e a concorrência internacional tiveram algumas conseqüências, como a financeirização do capital produtivo, que, numa conjuntura de elevação da taxa de juros, acarreta em aumento desproporcional do retorno não operacional dos capitais produtivos. Outro efeito fora a racionalização produtiva que acarretou em maior flexibilidade no uso do capital e do trabalho (para obter redução máxima dos custos, da desocupação dos fatores produtivos e do temor imposto pela instabilidade dos mercados); além disso, essa racionalização modificou as relações de trabalho, causando a flexibilização. O final do século foi marcado pelo aumento do poder de políticas salariais internas às empresas, em detrimento da intervenção estatal e de sindicatos. Podemos afirmar que ocorreu a “individualização” dos salários, com o predomínio das negociações diretas entre empresas e trabalhadores. Além disso, houve a redução de restrições à contratação de trabalhadores por

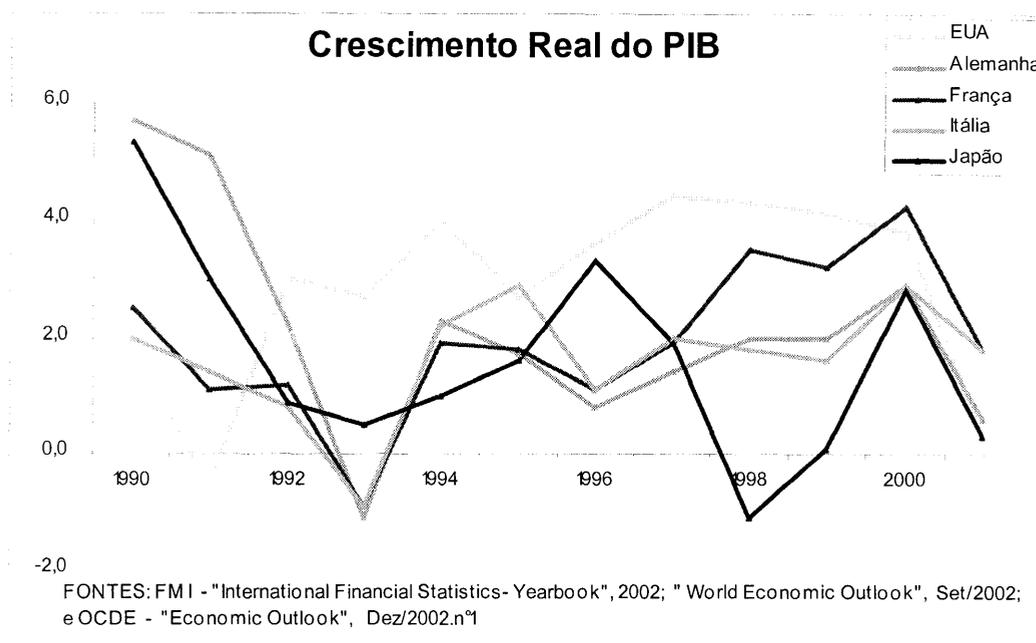
tempo parcial e/ou determinado (que se aplicava mais aos trabalhadores menos qualificados). Aos trabalhadores mais qualificados, havia o incentivo para abrirem seu próprio negócio. A flexibilização da jornada de trabalho, permitida pela desregulamentação das relações de trabalho, possui tem como resultado a eliminação da ociosidade não esperada, e sim planejada dos equipamentos. Com isso, temos o uso mais intenso dos equipamentos. A racionalização produtiva veio acompanhada pela facilidade das empresas em contratarem e demitirem seus funcionários, pela desregulamentação das antigas relações de trabalho (contratações coletivas, forte presença do sindicato e regras organizadas pelo Estado). Toda essa trajetória acabou resultando na atual precarização do mercado de trabalho que assistimos atualmente. (Dedecca, 1999: 172-178)

As taxas de emprego comprometeram-se com a desaceleração do crescimento nos países desenvolvidos. A desregulamentação ocorrida nos anos 80 e 90 causaram grandes instabilidades para os trabalhadores. Jorge Mattoso nos mostra como hoje predomina as inseguranças no mercado de trabalho, no emprego, na renda, na contratação do trabalho e na representação do trabalho. Essa onda de inseguranças é resultado da fragmentação e desestruturação do mundo do trabalho, que acaba gerando o renascimento do fantasma do nacionalismo de extrema-direita e da xenofobia. Isso vem associado à desmontagem das funções sociais do Estado e à ampliação das desigualdades e da exclusão social. Segundo esse autor, muitas das mudanças ocorridas na década de 80 foram resultados da Terceira Revolução Industrial. (Mattoso, 1995: 77-88)

Analisando a trajetória das taxas de desemprego, participação da força de trabalho e razão emprego/população, notamos certa tendência nos países centrais. Em média, até 1996, tivemos taxas crescentes de desemprego. O gráfico a seguir retrata a trajetória do desemprego entre 1990 e 1999 nas principais economias da OCDE, considerando a porcentagem da força de trabalho total.



Podemos observar as diferenças existentes tanto nos valores absolutos das taxas de desemprego quanto ao seu comportamento. O Japão, juntamente com os EUA, é o país que apresenta as menores taxas e teve redução praticamente contínua do desemprego. A Itália e a França, com taxas um pouco acima da média, obtiveram crescimento lento do desemprego até metade da década de 1990 com certa tendência de queda após este período. As taxas variam de modo desigual para os diferentes países. Isso acontece porque cada nação possui peculiaridades, como o modo que é distribuída a renda, o tamanho da população, grau de escolaridade, etc. Podemos notar também uma grande correlação entre a variação desses dados com a variação do PIB.



A queda da taxa de desemprego dos EUA ao longo dos anos 90, foi resultado de um crescimento acentuado do PIB neste período. A França e a Itália começaram a recuperar seu crescimento a partir de 1994 e, como resultado, obtiveram decréscimo do desemprego a partir de 1995.

Emprego e crescimento da força de trabalho nos países da OCDE												
poцентagem anual de mudanças												
	Emprego						Força de Trabalho					
	Nível- 1998	Média 1987-1997	1998	1999	Projeções		Nível- 1998	Média 1987-1997	1998	1999	Projeções	
					2000	2001					2000	2001
França	22842	0,3	1,1	2,0	2,3	2,0	25900	0,5	0,4	1,2	0,9	0,8
Alemanha ^a	35994	2,9	0,4	0,3	0,5	0,9	39709	3,1	-0,2	-0,1	-0,1	0,0
Itália	20242	-0,3	1,1	1,2	1,5	1,3	22987	-0,1	1,2	0,8	0,9	0,8
Espanha	13205	0,8	3,4	4,6	3,1	2,4	16265	1,0	0,9	1,0	0,9	0,9
Estados Unidos	131463	1,4	1,5	1,5	2,1	1,0	137665	1,3	1,0	1,2	1,8	1,2
OCDE- Europa^b	205093	0,9	1,6	1,4	1,3	1,3	226013	1,0	0,9	1,1	0,8	0,8
EU	152982	1,0	1,5	1,6	1,5	1,3	169826	1,1	0,8	0,7	0,7	0,7
OCDE- Total^b	464522	1,3	1,1	1,3	1,5	1,2	498662	1,3	0,9	1,0	1,1	1,0

Dados não avaliados: -
 a) a média da taxa de crescimento foi considerada usando dados da Alemanha Ocidental, para anos anteriores a 1992
 b) médias de 1987-1997 exclui República Tcheca, Hungria e Polônia
 fonte: OCDE (2000), Economic Outlook, nº67, junho

Podemos observar que no geral houve uma tendência de aumento tanto do emprego quanto da força de trabalho. A exceção deu-se na Alemanha, onde notamos queda na força de trabalho no final da década de 1990. O mercado de trabalho pode ser tratado de maneira simplificada, analisando apenas a totalidade do emprego, do desemprego e o comportamento do produto. Cada país possui suas especificidades. Devemos levar em conta a diferença do

comportamento das taxas de acordo com o gênero, a faixa etária e a qualificação dos trabalhadores. Nos dados gerais observamos um comportamento idêntico da taxa de desemprego para a França, Alemanha e Itália. Os países que compõem a tabela anterior apresentam tendência de queda da taxa de desemprego a partir da metade da década de 1990. A taxa de participação da força de trabalho e a razão emprego/população tiveram leve crescimento nesses países, com tendência a ficar quase constantes.

No geral, a taxa de participação e a razão emprego/população tende a ser, para as mulheres, menor do que a média. O contrário acontece para os homens. As diferenças com relação ao gênero devem-se a alguns fatores. O ingresso da mulher no mercado de trabalho é muito recente. Por causa disso ainda existem muitos preconceitos ao fato de as mulheres estarem trabalhando, que refletem-se, por exemplo, nos salários mais baixos que normalmente as mulheres recebem para executar a mesma tarefa que os homens. Porém as mulheres têm ocupado cada vez mais espaço no mercado de trabalho e a tendência é de cada vez haver menos diferenças entre homens e mulheres, mas isso caminha a passos muito lentos. A taxa de desemprego feminina reduziu-se no final dos anos 90. Porém a inserção das mulheres ocorre de maneira diferente, quando comparada à inserção masculina: elas preenchem os postos de trabalho mais precários, com a menor remuneração. No final da década de 1990, houve o crescimento do emprego precário, principalmente no setor de serviços. Como veremos posteriormente, o “grosso” da população feminina possui sua inserção neste tipo de emprego.

Como nos mostra Claus Offe, as mulheres pertencem aos “grupos-problema”, compostos por mulheres, jovens, idosos, incapacitados e estrangeiros. Muitas vezes, dependendo da etnia, temos um aumento dos indivíduos que compõem esses grupos. Essas pessoas são prejudicadas com salários mais baixos, maior rotatividade no mercado de trabalho, ocupam os cargos mais baixos ou os cargos que exigem baixa qualificação; em geral o desemprego é maior para esses grupos. Quando o mercado de trabalho sofre elevação da taxa de desemprego, são essas pessoas as primeiras a sair do mercado, pois são as mais vulneráveis. Podemos afirmar que os prejuízos de uma piora no mercado de trabalho não são distribuídos igualmente. Os homens de meia idade, plenamente capacitados (tanto fisicamente quanto pelo conhecimento técnico adquirido) acabam sendo os mais favorecidos

e possui a maior probabilidade de continuar no mercado de trabalho. Além disso, temos ganhos salariais diferenciados. Ainda temos o debate sobre o fato de mulheres que ocupam o mesmo cargo e a mesma função que homens, porém recebem salários menores. (Offe, 1985:50)

Nos anos 90 tivemos a carência da interferência do Estado e de sindicatos no mercado de trabalho. A concorrência internacional provocou maior desregulamentação do mundo do trabalho. Quando existe força sindical expressiva, obtemos maior homogeneização social e melhor distribuição de renda e temos a maior garantia de que os direitos dos trabalhadores serão cumpridos. Do mesmo modo que as diferenças são aparentes entre homens e mulheres, temos isso ocorrendo igualmente para as diferentes faixas etárias.

Desemprego, taxa de participação da força de trabalho e razão desemprego/população por idade e sexo

		Todos											
		1990			1997			1998			1999		
		15 a 24	25 a 54	54 a 64	15 a 24	25 a 54	54 a 64	15 a 24	25 a 54	54 a 64	15 a 24	25 a 54	54 a 64
França	1	19,1	8,0	6,7	28,1	11,1	8,5	25,4	10,8	8,7	26,6	10,7	8,7
	2	36,4	84,1	38,1	28,0	86,0	38,7	28,0	86,2	36,1	28,4	86,2	37,4
	3	29,5	77,4	35,6	20,1	76,4	33,6	20,9	76,8	33,0	20,8	77,0	34,2
Alemanha	1	5,6	5,7	11,6	10,2	8,9	15,3	9,1	8,4	14,8	8,5	7,9	13,9
	2	59,8	78,0	41,6	51,1	84,3	45,2	51,1	84,7	44,8	51,2	84,9	44,7
	3	58,4	73,6	38,8	45,9	76,8	38,3	46,4	77,6	38,2	46,8	78,2	38,5
Itália	1	29,9	6,6	1,8	33,6	9,6	4,4	33,8	9,8	4,7	32,9	9,5	4,9
	2	46,8	72,8	32,5	38,0	72,4	28,6	38,4	73,4	29,0	38,1	73,9	28,9
	3	33,3	68,0	32,0	25,2	65,5	27,3	25,4	66,2	27,7	25,5	66,9	27,5
Japão	1	4,3	1,6	2,7	6,6	2,8	3,9	7,7	3,4	5,0	9,3	4,0	5,4
	2	44,1	60,9	64,7	48,6	82,2	68,9	48,3	82,1	67,1	47,2	81,9	67,1
	3	42,2	79,8	62,9	45,3	79,9	64,2	44,6	79,2	63,8	42,9	78,7	63,4
Estados Unidos ^b	1	11,2	4,6	3,3	11,3	3,9	2,9	10,4	3,5	2,6	9,9	3,2	2,7
	2	67,3	83,5	55,9	65,4	84,1	58,9	65,9	84,1	59,3	65,5	84,1	59,3
	3	59,8	79,7	54,0	58,0	80,9	57,2	59,0	81,1	57,7	59,0	81,4	57,7

a) o ano de 1990 refere-se a 1991
1- taxa de desemprego
2- taxa de participação da força de trabalho
3- razão emprego/população
fonte: OCDE, Labour Force Statistics, 1979-1999

Na tabela anterior observamos as diferenças causadas pelas faixas etárias diversas. Com a análise da tabela, observamos que a taxa de participação e a razão emprego/população é sempre maior para os indivíduos que se encontram na faixa de 25 a 54 anos. Essas pessoas normalmente encontram-se no auge da maturidade, das suas carreiras e do conhecimento técnico, mas mesmo assim estas taxas para essa faixa etária acabam sendo maiores do que para os mais jovens e os mais velhos. Em muitos países tivemos não apenas uma redução na taxa de participação e na razão emprego/população para os jovens, mas para toda população em geral, só ocorrendo a melhora desses dados no final da década. A diminuição da taxa de participação pode ser explicada pelos desempregados (que juntamente

com os empregados compõem a população economicamente ativa - PEA), por motivo de descrença no mercado de trabalho, acabaram desistindo de procurar emprego, deixando de compor a PEA; voltaram a procurar emprego no final da década, com a melhora do mercado de trabalho. O mesmo aconteceu com a razão emprego/população, que aumentou no final dos anos 90, quando ocorreu a redução das taxas de desemprego em geral.

Podemos notar que, no geral, ocorreu uma tendência de maior redução da taxa de participação da força de trabalho e da razão emprego/população para as pessoas que se encontram na faixa etária de 15 a 24 anos, quando comparada com a totalidade de pessoas. Isso pode ter acontecido como consequência de os jovens permanecerem mais tempo estudando e se qualificando, pois o mercado de trabalho exige que os trabalhadores estejam cada vez mais preparados e melhor qualificados. Essa tendência estende-se não só para os homens, mais para mulheres também.

É interessante perceber como as pessoas, no auge da sua sabedoria (55 a 64 anos), acabam sendo as mais vulneráveis às oscilações no mercado de trabalho e normalmente as primeiras a serem expulsas do mercado. As pessoas de meia idade (principalmente homens), por encontrarem-se, na maioria das vezes, no topo de suas carreiras e estarem fisicamente capacitadas, acabam resistindo mais aos abalos no mundo do trabalho. Além dessas vantagens, acaba ocorrendo, indiretamente, um incentivo para que eles permaneçam no mercado de trabalho, afinal normalmente estes indivíduos são chefes de família, e, quando desempregadas, sobra ao Estado a responsabilidade sobre estas famílias. Os mais jovens (de 15 a 24 anos) acabam tendo dificuldades para ingressar no mercado, pois os empregadores quase sempre exigem algum grau de experiência, o que normalmente não possuem, afinal nessa faixa etária normalmente estão ingressando no seu primeiro emprego. Por causa da experiência comumente exigida, os jovens acabam tentando compensar a sua falta com um maior nível educacional, isso porque as ocupações que não possuem como pré-requisito experiência ou alto grau educacional normalmente são os empregos com as piores remunerações e que não exigem grandes conhecimentos técnicos, como nos serviços domésticos, na construção civil, etc e nos baixos postos de outros ramos de atividade.

Observamos que com o crescimento econômico medíocre que tivemos na maioria dos países, mais uma vez os componentes dos “grupos-problema” acabaram sendo afetados.

Isso porque, quando há baixo crescimento econômico, esses grupos acabam sendo retirados do mercado de trabalho ou acabam tendo que trabalhar em condições mais precárias, retornando ao mundo do trabalho quando há uma melhora do crescimento do produto. O problema reside no fato de que, na década de 1990, houve grandes dificuldades para conseguirmos um crescimento sustentável e durável.

A problemática da redução na demanda por trabalhadores é que estes não possuem controle sobre a oferta de mão-de-obra disponível, como a licença-maternidade, o seguro-desemprego, o aumento do tempo de estudo obrigatório para os jovens, assim como o estímulo para que os mais velhos saiam mais cedo do mercado de trabalho. Muitas vezes há também o incentivo para que as empresas financiem os trabalhadores para a melhoria de suas qualificações, para que seus empregados se reciclem e se aprimorem.

Desemprego, taxas de participação da força de trabalho e razão empregados/população de acordo com o nível educacional - pessoas com idade entre 25 e 64 anos, 1998

Porcentagens

		Porcentagens								
		Todos			Homens			Mulheres		
		Menos que o 2o grau	no mínimo com 2o grau	3o grau	Menos que o 2o grau	no mínimo com 2o grau	3o grau	Menos que o 2o grau	no mínimo com 2o grau	3o grau
França	1	14,9	9,5	6,6	13,5	7,6	5,8	16,5	12,1	7,4
	2	66,2	82,9	87,3	76,9	89,1	91,7	57,1	75,8	83,2
	3	56,3	75,0	81,6	66,5	82,3	86,3	47,7	66,6	77,1
Alemanha	1	16,6	10,8	5,6	18,1	10,0	4,9	15,1	11,6	6,5
	2	55,3	75,4	87,0	74,5	82,9	90,1	44,5	67,6	81,7
	3	46,1	67,3	82,2	61,1	74,6	85,7	37,8	59,8	76,4
Itália	1	10,8	8,7	7,0	8,2	6,5	4,8	16,4	11,8	9,5
	2	52,8	74,4	86,6	74,4	85,4	91,1	32,8	62,7	81,3
	3	47,0	67,9	80,6	68,3	79,9	86,7	27,4	55,4	73,5
Japão	1	4,4	3,3	2,7	5,2	3,4	2,2	3,0	3,1	3,5
	2	72,0	78,4	82,3	87,3	96,1	97,9	56,7	62,8	63,6
	3	68,8	75,8	80,1	82,8	92,8	95,8	55,0	60,8	61,3
Estados Unidos	1	8,5	4,4	2,1	8,0	4,6	2,0	9,3	4,2	2,1
	2	63,0	79,8	87,7	75,3	87,7	93,1	49,8	72,5	82,4
	3	57,6	76,3	85,9	69,3	83,7	91,2	45,2	69,5	80,6
Total - OCDE ^b	1	8,3	6,1	3,5	7,4	5,6	3,1	9,6	6,6	4,1
	2	64,1	78,1	86,3	84,7	88,5	93,4	45,9	67,8	78,2
	3	58,7	73,4	83,2	78,4	83,5	90,5	41,5	63,3	75,0

1 - taxa de desemprego
2 - taxa de participação da força de trabalho
3 - razão emprego/população
fonte: OCDE (2000)

Pela tabela de desemprego, taxa de participação da força de trabalho e razão emprego/população de acordo com o nível escolar percebemos claramente que quanto maior o grau de escolaridade, menor é o desemprego para ambos os sexos, com a exceção para as mulheres no Japão, pois observamos um comportamento contrário: quanto maior a escolaridade, maior a taxa de desemprego. Há uma clara tendência nos países selecionados

de que quanto maior o nível de instrução mais elevadas são as taxa de participação e a razão emprego/ população.

Torna-se interessante observar que, para um mesmo nível de escolaridade, temos diferenças notáveis entre homens e mulheres. Em geral, a taxa de desemprego é maior para mulheres (como já dito em um momento anterior). Porém temos os EUA como exemplo de uma exceção, em que a taxa de desemprego dos homens para pessoas que possuem no mínimo o segundo grau é de 4,6%, enquanto essa taxa para as mulheres é de 4,2%; outro exemplo a ser citado é o Japão: para um nível de escolaridade mais baixo, as mulheres apresentam menores taxas de desemprego que os homens. Com a taxa de participação e a razão emprego/ população ocorre o inverso: para um mesmo grau de instrução, essas taxas normalmente são maiores para os homens. Para exemplificar temos a Espanha que, para as pessoas com o menor grau de instrução, apresenta a razão emprego/ população de 71,8% para os homens e de 29,1% para as mulheres (ou seja, essa razão para os homens é mais que o dobro da razão das mulheres) (OCDE, 2000).

Assim como as mulheres, os mais velhos, os incapacitados e os estrangeiros, os indivíduos que possuem baixa qualificação e grau de instrução escolar são prejudicados e também acabam fazendo parte dos grupos-problema. São as pessoas que preenchem os piores cargos e com os salários mais baixos. Tanto os homens quanto as mulheres que se preparam por mais tempo estudando e se especializando possuem maiores chances de evoluir dentro das empresas, de serem contempladas com promoções e com ganhos salariais; estes indivíduos possuem maiores chances de “construir carreira” dentro da empresa em que estão trabalhando. Esses indivíduos também enfrentam menor rotatividade no mercado de trabalho e muitas vezes não são afetados com a flexibilização da jornada de trabalho.

A ruptura com o regime de contratação coletiva que ocorreu em grande parte dos países e redução das regulamentações do Estado teve diferentes repercussões para os trabalhadores. Além de ter ocorrido individualização dos salários para todos, houve diferenças, que se tornavam mais acentuadas conforme o grau de qualificação. Os trabalhadores menos qualificados, na maioria das vezes, eram contratados em regime parcial ou temporário, enquanto os trabalhadores com maiores qualificações foram incentivados a

tornarem-se empreendedores. As mudanças ocorridas no mundo do trabalho após os anos 80 fizeram com que houvesse a necessidade do aumento do grau de escolaridade dos indivíduos interessados em se tornarem bem-sucedidos nos seus respectivos empregos. Isso aconteceu por causa do aumento da concorrência entre os trabalhadores no mercado de trabalho, tendo que cada vez mais se aprimorarem para fazerem frente a essa disputa; por isso eles passaram a valorizar ainda mais o seu conhecimento técnico individual. Nessa valorização do ensino, houve também os envolvimento empresariais, que muitas vezes acabaram elevando seus gastos com a educação em geral, com treinamentos específicos e com a educação tecnológica.

Com a apreciação geral do grau de instrução, as pessoas acabam não se satisfazendo apenas com um diploma de curso superior. Buscam por pós-graduação, diversos cursos de especialização, aprendizagem e aprimoramento cada vez maior em diferentes línguas. Esse fator, aliado ao baixo crescimento do produto e à lenta criação de novos postos de trabalho acaba causando uma grande disputa entre os indivíduos com alta qualificação no mercado de trabalho. Outro fator que demonstra a importância crescente da educação é a elevação cada vez maior do investimento empresarial em P&D (pesquisa e desenvolvimento), visando obter produtos cada vez mais sofisticados, com menores custos, menor tempo de produção e maior competitividade. Normalmente, quanto maior é o grau de desenvolvimento da nação, maior é o montante dos investimentos feitos em educação e qualificação. Em grande parte dos países industrializados, temos um investimento em educação de 6% do PIB. Além de ressaltar as diferenças entre os trabalhadores como o gênero, as diferenças de idade ou os diversos graus de qualificação, é importante examinar como se desenvolveram alguns aspectos do mercado de trabalho, como o emprego por tempo parcial e o desemprego de longo prazo e as suas repercussões no mercado de trabalho.

Incidência e composição do emprego com tempo parcial, 1990-99 (porcentagem)

Emprego parcial como proporção do Emprego

	Homens					Mulheres				
	1990	1996	1997	1998	1999	1990	1996	1997	1998	1999
França	4,4	5,7	5,9	5,8	5,8	21,7	24,1	25,2	25,0	24,7
Alemanha	2,3	3,7	4,1	4,6	4,8	29,8	29,9	31,4	32,4	33,1
Itália	3,9	4,7	5,1	4,9	5,3	18,2	20,9	22,2	22,4	23,2
Japão ^{a)}	9,5	11,7	12,9	12,9	13,4	33,4	36,7	38,3	39,0	39,7
Estados Unidos ^{f)}	8,3	8,4	8,3	8,2	8,1	20,0	20,2	19,5	19,1	19
União Europeia ^{g)}	4,2	5,3	5,7	5,6	6,0	27,0	28,7	29,4	29,8	30,3
Europa - OCDE ^{g)}	4,4	4,9	5,5	5,5	5,6	26,8	26,6	26,6	26,9	28,2
Total - OCDE ^{g)}	6,6	7,3	7,7	7,8	7,8	25,0	25,7	26,0	26,0	26,4
	Emprego parcial como proporção do total de emprego					Participação das mulheres no emprego parcial				
	1990	1996	1997	1998	1999	1990	1996	1997	1998	1999
França	12,2	14,3	14,9	14,8	14,7	79,8	78,7	78,8	79,3	79,0
Alemanha	13,4	14,9	15,8	16,6	17,1	89,7	85,8	85,1	84,1	84,1
Itália	8,8	10,5	11,3	11,2	11,8	70,8	71,5	71,0	71,9	71,5
Japão ^{a)}	19,2	21,8	23,3	23,6	24,1	70,5	69,2	67,0	67,5	67,0
Estados Unidos ^{f)}	13,8	14,0	13,6	13,4	13,3	68,2	68,8	68,4	68,0	68,4
União Europeia ^{g)}	13,3	15,2	15,7	15,9	16,4	80,9	79,6	79,1	79,0	79
Europa - OCDE ^{g)}	13,2	13,8	14,1	14,3	15,0	79,6	78,8	77,1	77,2	78,3
Total - OCDE ^{g)}	14,3	15,1	15,4	15,5	15,8	73,4	72,0	71,1	71,1	71,5

a) Emprego parcial refere-se a pessoas que normalmente trabalham menos que 30 horas por semana

b) Dados baseados nas horas efetivamente trabalhadas

c) emprego parcial baseado no total de horas trabalhadas em todos os empregos

d) 1990 faz referência a 1991

e) menos que 35 horas por semana

f) estimados somente para salários e ordenados dos trabalhadores

g) apenas para os países citados acima

Notas, fontes e definições: para Áustria, Bélgica, Dinamarca, França, Alemanha, Grécia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Países Baixos, Portugal, Espanha e Reino Unido, os dados provêm da European Labour Force Survey.

Incidência do desemprego de longo prazo^{a, b, c, d, e}

	Como percentagem do desemprego total									
	1990		1996		1997		1998		1999	
	acima de 6 meses	acima de 12 meses	acima de 6 meses	acima de 12 meses	acima de 6 meses	acima de 12 meses	acima de 6 meses	acima de 12 meses	acima de 6 meses	acima de 12 meses
França	55,5	38,0	61,5	39,5	63,7	41,2	64,2	44,1	55,5	40,3
Alemanha	64,7	46,8	65,3	47,8	68,5	50,1	69,6	52,6	67,2	51,7
Itália	85,2	69,8	80,8	66,6	81,8	66,3	77,3	59,6	77,2	61,4
Japão	39,0	19,1	40,4	20,2	41,3	21,8	39,3	20,9	44,5	22,4
Estados Unidos	10,0	5,5	17,5	9,5	15,9	8,7	14,1	8,0	12,3	6,8
União Européia ^f	65,3	48,6	67,4	49,3	68,2	50,1	66,7	49,1	63,7	47,5
OCDE- Europa ^f	65,7	48,1	66,6	47,6	66,9	48,0	65,3	47,0	63,3	45,8
OCDE - Total ^f	44,6	30,9	50,3	34,2	50,8	34,9	48,3	33,1	46,2	31,2
Como percentagem do desemprego feminino										
França	57,3	40,0	64,0	41,6	65,6	43,3	66,0	44,9	57,3	41,6
Alemanha	64,2	44,5	69,4	51,7	71,4	53,6	73,7	55,6	69,4	54,0
Itália	86,0	70,7	82,8	67,1	82,5	66,2	78,1	58,8	77,7	60,7
Japão	26,3	8,8	30,7	12,5	29,8	11,7	30,5	13,7	36,9	14,8
Estados Unidos	7,3	3,7	16,2	8,4	14,9	8,0	12,8	7,1	11,6	6,2
União Européia ^f	66,9	50,1	69,6	51,2	70,1	51,8	68,9	50,7	65,6	48,9
OCDE- Europa ^f	67,2	49,8	68,9	49,8	69,2	50,1	67,8	49,0	65,7	48,1
OCDE - Total ^f	45,7	32,2	51,7	35,6	51,7	35,9	49,9	34,7	47,1	32,3
Como percentagem do desemprego masculino										
França	53,1	35,4	58,6	37,1	61,7	39,1	62,3	43,2	53,7	39,0
Alemanha	65,2	49,1	61,8	44,5	65,9	47,1	66,0	49,9	65,3	49,9
Itália	84,1	68,6	78,7	64,1	81,2	66,5	76,4	60,4	76,6	62,1
Japão	47,8	26,2	46,2	23,8	49,2	28,8	45,0	25,8	49,5	27,4
Estados Unidos	12,1	7,0	18,5	10,3	16,7	9,4	15,2	8,8	13,0	7,4
União Européia ^f	63,5	47,0	65,4	47,6	66,4	48,5	64,5	47,5	61,8	46,2
OCDE- Europa ^f	64,3	46,4	64,6	45,6	64,8	46,0	62,8	45,0	61,1	43,6
OCDE - Total ^f	43,7	29,7	49,1	32,9	50,0	34,0	46,9	31,8	45,5	30,3

a) enquanto dados da pesquisa sobre a força de trabalho parecem ser de fácil comparação internacional, comparar uma mistura de pesquisas e dados registrados não é tão simples (devido às diferenças existentes entre os diversos países)

b) o banco de dados do desemprego é conservado pelas Secretarias

c) os dados são médias mensais para Canadá, Suécia e EUA; médias trimestrais para República Tcheca, Hungria, Noruega, Nova Zelândia, Polónia e Espanha; e média semestral para a Turquia

d) dados sobre a Finlândia refere-se a pessoas entre 15 e 64 anos; para Hungria entre 15 e 74 anos; para Noruega entre 16 e 74 anos; Suécia entre 16 e 64 anos; e para os demais países, para pessoas com idade acima de 15 anos

e) pessoas que não estão por determinado tempo desempregadas foram excluídas

f) somente para os países acima citados

fontes: Eurostat, ABS, Statistics Canada, Czech Statistics Office, CSO, INSEE, Statistics Iceland, MCA, NOS, STPS, INE, Statistics Sweden, OFS, SIS e BLS

Para fins metodológicos, consideramos trabalhadores empregados em regime parcial àqueles que trabalham menos que trinta e cinco horas semanais.

Com a exceção da Alemanha, as principais economias, após elevação do emprego por tempo parcial como proporção do emprego total, tivemos uma redução desta proporção no final da década de 90. Podemos relacionar isto com o fato de que houve melhoria no mercado de trabalho dessas economias, com o maior crescimento do PIB e com a redução do desemprego.

Os EUA (país com o maior PIB) é o país que possui a menor participação de mulheres trabalhando em tempo parcial. Em contrapartida, a Alemanha que ocupa a terceira posição em relação ao PIB, possui uma das mais altas participações de mulheres trabalhando em tempo parcial. Podemos considerar a redução da jornada de trabalho como uma

tendência dos últimos anos. Por isso o trabalho por tempo parcial tem se tornado cada vez mais relevante no mundo do trabalho. A contratação por tempo parcial normalmente é feita com pessoas mais frágeis às oscilações no mercado de trabalho, como as mulheres, jovens, os mais velhos e os estrangeiros.

A recessão da década de 1990 fez com que grande parte das nações avançadas diminuísse ainda mais as restrições para a contratação por tempo parcial ou determinado. Isso resultou em reduções nos custos não só de contratação, mas de demissão também. Isso ocorreu principalmente com o objetivo de aumentar a competitividade das empresas frente ao mercado internacional. Juntamente com a tendência de redução da jornada de trabalho, tivemos no início da década de 1990 uma forte tendência de aumento do desemprego de longo prazo. O comportamento do desemprego de longo prazo é o mesmo para homens e mulheres, muito semelhante ao comportamento do desemprego de longo prazo para a totalidade de pessoas. Novamente, podemos fazer a correlação desse tipo de desemprego com o crescimento do PIB. Ao observarmos essa taxa para as principais economias, notamos que os EUA possuem, dentre todos os países avaliados, a menor incidência de desemprego de longo prazo. A Alemanha possui um dos piores índices: em 1999, era de 51,7% a incidência do desemprego de longo prazo com duração de mais de 12 meses. Para as mulheres esse número era ainda pior: 54%. Notamos mais uma vez a desvantagem feminina no mercado de trabalho: quase sempre a incidência do desemprego de longo prazo é maior para as mulheres.

Como ocorreu com a evolução da taxa de desemprego nos diversos países, acabou também acontecendo com a incidência do desemprego de longo prazo: em geral, sofreu redução no final dos anos 90. Mesmo com a redução da taxa de desemprego no final dos anos 90, torna-se muito difícil para os indivíduos que estão desempregados por um longo período retornar ao mercado de trabalho. Quando a procura das empresas por trabalhadores não é muito grande (o que nos últimos anos tem ocorrido com a recessão da década de 1990), há a tendência de serem contratados trabalhadores que não estão desempregados por um tempo muito longo. Isso ocorre por um determinado preconceito, por se acreditar que se estas pessoas estão desempregadas a um longo prazo é por que elas possuem algum problema como funcionários das empresas.

Nas últimas décadas podemos afirmar que o desemprego cresceu por causa do baixo crescimento econômico. Além disso, tivemos dificuldades na geração de novos empregos. Podemos considerar que a maior parte do emprego gerado não ocorre através das grandes empresas, dos grandes oligopólios, ou das grandes multinacionais e transnacionais. As maiorias dos empregos gerados são feitas pelas pequenas e médias empresas. Isso não significa que as grandes empresas não estão crescendo, pelo contrário, estas são as empresas que possuem o maior grau de expansão pelo mundo. Porém elas crescem inovando, aplicando novas tecnologias e novos métodos de produção, utilizando cada vez menos mão-de-obra humana. Como consequência a maior parte do emprego gerado dá-se por meio das pequenas e médias empresas.

2.2. Algumas especificidades dos serviços nas principais economias

Os baixos postos de trabalho gerados nos últimos anos não foram feitos de maneira igualitária entre os diversos setores da economia (agricultura, indústria e serviços). A partir da metade do século XX houve tendência de queda abrupta do emprego no setor primário, como consequência da modernização na agricultura (que aumentou a produtividade e utilizou cada vez menor quantidade de mão-de-obra), expulsando os trabalhadores da zona rural. Apesar do aumento inicial do número de pessoas empregadas na indústria, nos últimos anos observamos uma importância cada vez menor deste setor quanto à porcentagem de pessoas empregadas, isso também devido às novas tecnologias, novas formas de produção e modernização. Os serviços foram o setor que assegurou que não ocorresse queda abrupta da taxa de emprego, por gerarem cada vez mais postos de trabalho.

Desde a metade do século XX verificou-se cada vez maior importância do setor terciário nos países avançados. Houve cada vez maior redução do emprego no setor agrícola. Com o passar dos anos essa diminuição verificou-se não apenas no setor primário, mas também na indústria. Hoje o setor mais relevante por abrigar o maior número de empregos é o setor de serviços. Além disso, o setor de serviços é de extrema importância do ponto de vista do valor adicionado ao produto.

PIB per capita, preços relativos dos serviços e dimensão do setor de serviços, 1998 ^a

	PIB per capita ^b	Preço relativo dos serviços (PPPs) ^c	Valor adicionado pelos Serviços ^d	Emprego no setor de serviços
Estados Unidos	30394	1,25	72,2	73,8
Alemanha	27569	1,08	66,6	62,6
França	22089	1,06	70,8	69,2
Itália	21999	0,84	66,5	60,8
Japão	24103	0,91	61,1	59,4
Coeficiente de correlação com:				
PIB per capita		0,88***	0,58***	0,76***
Preço relativo dos serviços	0,88***		0,62***	0,75***

dados não avaliados: -

*, ** e *** significam estatisticamente níveis de 10%, 5% e 1% RESPECTIVAMENTE

a) os países estão listados por ordem decrescente de PIB per capita

b) PIB per capita medido em USD usando poder de compra idênticos (PPPs)

c) PPP de 1996 dos serviços está dividido em PPP para manufaturados

d) dados de 1998, exceto para Japão, Turquia e EUA (1997), Suécia (1996), Nova Zelândia (1995) e Suíça (1991)

fonte: OCDE

Através dos dados apresentados percebemos o quanto representa os serviços para os países mais desenvolvidos. Nos EUA, a maior economia do mundo, 72,2% do PIB fora valor adicionado por este setor. Nos serviços não eram empregados em 1998 nada menos de 73,8% dos trabalhadores, ou seja, apenas 26,2% dos trabalhadores estavam empregados na agricultura e na indústria. A tabela reflete a importância do setor terciário nas principais economias: elevado valor adicionado e preços relativos dos serviços, em comparação aos outros setores. Como consequência de seu destaque, podemos afirmar que o setor de serviços foi o maior responsável em impedir a queda do nível de emprego nos últimos anos.

A seguir mostramos a contribuição setorial para o crescimento do emprego entre 1986 e 1998, nos 21 setores da economia.

Contribuição setorial para o crescimento do emprego, 1986-1998^a

	França	Japão	Estados Unidos	Total-OCDE ^b
Agricultura	-0,25	-0,25	0,00	-0,09
Indústria	-0,31	0,11	0,04	-0,01
extração mineral	-0,05	-0,01	-0,02	-0,03
manufatura	-0,21	-0,11	-0,04	-0,06
eletricidade, gás e abastecimento de água	-0,01	0,01	0,00	-0,01
construção	-0,04	0,22	0,10	0,10
Serviços de produção	0,33	-	0,42	0,45
negócios e serviços profissionais	0,22	-	0,33	0,35
serviços financeiros	0,03	0,06 ^c	0,04	0,05
seguros	0,00	-	0,03	0,01
imobiliários	0,08	-	0,02	0,04
Serviços de distribuição	0,09	0,25	0,32	0,29
comércio varejista	0,01	0,15	0,16	0,15
comércio atacadista	0,04	0,01	0,05	0,04
transportes	0,06	0,09 ^d	0,10	0,08
comunicação	-0,02	-	0,01	0,01
Serviços pessoais	0,17	-	0,22	0,22
hotéis e restaurantes	0,03	-	0,11	0,11
serviços de recreação e cultura	0,06	-	0,11	0,09
serviços domésticos	0,09	-	-0,03	-0,01
outros serviços pessoais	-0,01	-	0,04	0,03
Serviços sociais	0,46	-	0,60	0,53
serviços governamentais	0,13	-	0,06	0,08
serviços de saúde	0,40	-	0,25	0,31
serviços de educação	0,12	-	0,17	0,14
serviços sociais diversos	-0,19	-	0,12	0,00
Serviços totais	1,06	1,01	1,56	1,48
não-classificados ^e	-0,03	0,00	0,00	-0,01
Total	0,46	0,87	1,60	1,38

dados não avaliados: -

a) Para Austrália, Canadá e Países Baixos, o crescimento do emprego foi calculado para 1987-1988

b) "Total OCDE" refere-se a contribuição setorial para o crescimento do emprego nos 14 países considerados

c) inclui financeiros, seguros e serviços imobiliários

d) inclui serviços de transporte e comunicação

e) "não-classificados" refere-se a pessoas empregadas que não estão encaixadas em um setor específico

fonte: OCDE (2000)

De acordo com os dados apresentados, vemos que a Agricultura acabou expelindo os trabalhadores. O comportamento do setor industrial não seguiu uma tendência em geral. O país que obteve maior redução do emprego foi a França (-0,31). O setor terciário é muito heterogêneo e devemos, portanto, analisar as mudanças internas. Os subsetores que mais contribuíram para o aumento do emprego foram os serviços produzidos e os serviços sociais. Porém, com pequenas exceções, praticamente todos os subsetores acabaram cooperando para o acréscimo do emprego. Analisando o total, chegamos à conclusão de que o crescimento do emprego no setor de serviços foi maior que a redução na agricultura e na indústria, pois na totalidade dos países avaliados, houve crescimento do emprego, mesmo que esse crescimento tenha sido lento. Mesmo quando o decréscimo do emprego não é tão significativo, ou mesmo quando há um aumento do número de postos de trabalho gerados

pela agricultura e pela indústria, o setor de serviços é o que assegura a maior quantidade de emprego à população. Dentro deste estudo outro item de fundamental análise é a diferença na composição do emprego nos diversos setores quanto a diferenças de gênero.

Composição de gênero nos Serviços em 1998
Razão mulheres/homens, por setores da economia

	Setor produtor de bens					Setor de Serviços					
	Total	Agricultura, caça e silvicultura	Extração mineral	Manufatura	Eletricidade, gás e fornecimento de água	Construção	Total	Serviços produzidos	Distribuição dos serviços	Serviços pessoais	Serviços sociais
França	0,34	0,46	0,10	0,42	0,30	0,10	1,14	0,95	0,64	1,73	1,62
Alemanha	0,33	0,57	0,10	0,39	0,28	0,14	1,20	0,94	0,86	1,48	1,67
Itália	0,34	0,48	0,14	0,44	0,13	0,06	0,76	0,62	0,47	1,05	1,15
Japão	0,45	0,84	0,20	0,55	0,13	0,19	0,82	-	0,69	-	-
Estados Unidos	0,33	0,33	0,15	0,47	0,30	0,10	1,17	0,99	0,70	1,12	2,09
OCDE - média	0,35	0,49	0,20	0,43	0,21	0,09	1,04	0,86	0,67	1,35	1,77

Dados não avaliados: -
fonte: OCDE (1999)

A tabela nos mostra a razão mulheres/homens em cada subsetor da economia. Notamos claramente que no setor produtor de bens há o predomínio do trabalho masculino. A única exceção ocorre no Japão, onde predomina o trabalho feminino no subsetor de agricultura, caça e silvicultura. Em todo o grupo de países selecionados o destaque do trabalho feminino é no setor terciário. Visivelmente observamos que no setor de serviços o panorama é bem diferente da produção de bens. Os subsetores com maior influência do emprego feminino são os de serviços pessoais e o de serviços sociais. Nos EUA, A razão mulheres/homens empregadas nos serviços sociais chega a 2,09.

A seguir vemos a diferença ocupacional dentro do total da economia, do setor produtor de bens e do produtor de serviços:

O setor de serviços e as diferentes ocupações em 1998

	Parcelas do emprego (porcentagem)									
	Setor de Serviços	Total da Economia			Setor Industrial			Setor de Serviços		
		Trabalhadores de escritório	Empregados na indústria	Ocupações elementares	Trabalhadores de escritório	Empregados na indústria	Ocupações elementares	Trabalhadores de escritório	Empregados na indústria	Ocupações elementares
França	70,7	61,7	28,9	7,8	29,2	67,0	3,5	76,2	11,9	9,7
Alemanha	62,1	63,0	28,0	7,5	34,7	56,2	7,6	79,9	11,1	7,5
Itália	64,1	55,5	32,3	12,2	25,0	64,3	10,7	75,2	11,6	13,2
Estados Unidos	73,8	63,3	22,8	13,9	34,3	56,2	9,5	73,6	11	15,4
OCDE - média	63,5	59,6	31,1	9,2	27,6	64,2	8,3	77,7	12,7	9,7

a) Trabalhadores de escritório correspondem a legisladores, altos oficiais e administradores; profissionais; técnicos e profissionais associados; auxiliares de escritório; e trabalhadores do comércio. Empregados na indústria correspondem, por exemplo, a operadores de máquina.
b) Ocupações elementares dividida entre os grupos Trabalhadores de escritório e Empregados na indústria
c) A Turquia foi excluída do cálculo
fonte: OCDE (1999)

Pela tabela temos que no total da economia há o predomínio do setor de serviços (a média da OCDE é de 63,5%), juntamente com a ocupação “trabalhadores de escritório” (média de 59,6%). No setor produtor de bens, a maioria dos trabalhadores está empregada diretamente na produção (a média da OCDE é de 64,2%). Porém a proporção desses trabalhadores em relação ao total do setor produtor de bens depende de fatores como o grau de tecnologia aplicado e o desenvolvimento do país. Por exemplo, apenas 52,3% dos trabalhadores desse setor do Reino Unido estão empregados diretamente na produção. Em contrapartida, na Turquia 93,7% dos trabalhadores deste setor estão nesta ocupação (OCDE, 1999).

Porém não podemos deixar de considerar a importância do setor produtor de bens. Neste segmento da economia é onde ocorre a produção de novas tecnologias e as revoluções no modo de produção (como houve com as três revoluções industriais). A cada inovação generalizada, temos o barateamento dos bens (diminui o tempo de produção, que acarreta em redução do tempo de trabalho necessário, reduzindo os gastos com salários e diminuindo o preço final da mercadoria).

O poder de geração de emprego nos serviços não é ilimitado. Esse fator aliado à crescente redução do emprego na indústria e na agricultura trouxe para a atualidade o que chamamos de desemprego estrutural, onde há grande dificuldade para a geração de novos postos de trabalho. A grande maioria dos trabalhadores do setor de serviços está ocupada como trabalhadores de escritório. A diferença de idade e também o grau de estudo acabam influenciando de modos variados as diversas ocupações dos trabalhadores, como mostram as tabelas a seguir:

Composição por idade do emprego nos serviços em 1998

	Setor produtor de bens					Setor de Serviços					
	Total	Agricultura, caça e siveicultura	Extração mineral	Manufatura	Eletricidade, gás e fornecimento de água	Construção	Total	Serviços produzidos	Distribuição dos serviços	Serviços pessoais	Serviços sociais
Razão Jovens/adultos, por setor^a											
França	0,09	0,07	0,04	0,10	0,02	0,12	0,09	0,07	0,12	0,16	0,06
Alemanha	0,13	0,10	0,06	0,11	0,08	0,18	0,12	0,11	0,13	0,17	0,1
Itália	0,13	0,07	0,06	0,15	0,06	0,13	0,08	0,08	0,10	0,15	0,03
Espanha	0,17	0,12	0,07	0,19	0,04	0,18	0,13	0,11	0,17	0,21	0,05
Estados Unidos	0,13	0,20	0,10	0,11	0,04	0,15	0,19	0,13	0,24	0,45	0,1
OCDE - média	0,15	0,12	0,08	0,16	0,07	0,17	0,15	0,13	0,20	0,31	0,08
Razão idosos/não-idosos, por setor^b											
França	0,08	0,20	0,07	0,06	0,05	0,08	0,08	0,07	0,06	0,10	0,08
Alemanha	0,15	0,30	0,07	0,14	0,17	0,14	0,15	0,14	0,15	0,16	0,18
Itália	0,12	0,33	0,12	0,08	0,08	0,14	0,13	0,10	0,14	0,12	0,13
Espanha	0,15	0,36	0,06	0,11	0,13	0,10	0,12	0,08	0,13	0,14	0,13
Estados Unidos	0,14	0,25	0,13	0,13	0,10	0,11	0,15	0,15	0,14	0,11	0,18
OCDE - média	0,15	0,39	0,10	0,10	0,12	0,11	0,12	0,11	0,11	0,11	0,12

Dados não avaliados: -

a) jovens incluem os trabalhadores com idade entre 15 e 24 anos

b) idosos incluem trabalhadores com idade acima de 55 anos. Não-idosos inclui trabalhadores com menos de 55 anos

fonte: OCDE (1999)

Composição por trabalho qualificado do emprego nos serviços em 1998

	Setor produtor de bens					Setor de Serviços					
	Total	Agricultura, caça e siveicultura	Extração mineral	Manufatura	Eletricidade, gás e fornecimento de água	Construção	Total	Serviços produzidos	Distribuição dos serviços	Serviços pessoais	Serviços sociais
Razão baixa a média qualificação/altamente qualificados, por setor^a											
França	0,61	0,89	0,61	0,54	0,17	0,75	0,42	0,31	0,52	0,77	0,34
Alemanha	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Itália	2,06	5,40	1,38	1,64	0,87	2,79	0,71	0,24	1,37	1,86	0,35
Espanha	2,66	8,15	2,10	1,75	0,66	3,92	0,95	0,49	1,63	2,57	0,34
Estados Unidos	0,21	0,46	0,18	0,18	0,05	0,26	0,13	0,06	0,16	0,35	0,06
OCDE - média	1,25	2,79	1,46	1,03	0,41	1,47	0,45	0,24	0,67	1,00	0,26
Razão com universidade/sem universidade, por setor											
França	0,14	0,07	0,18	0,19	0,33	0,07	0,40	0,63	0,18	0,13	0,62
Alemanha	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Itália	0,04	0,02	0,09	0,04	0,05	0,04	0,19	0,32	0,04	0,05	0,39
Espanha	0,07	0,02	0,08	0,10	0,36	0,05	0,32	0,53	0,09	0,06	0,99
Estados Unidos	0,21	0,16	0,28	0,26	0,32	0,11	0,43	0,70	0,21	0,14	0,76
OCDE - média	0,07	0,04	0,14	0,09	0,15	0,05	0,24	0,45	0,09	0,08	0,46

Dados não avaliados: -

a) ano de 1997

fonte: OCDE(1999)

De acordo com as tabelas, observamos que é pouca a quantidade de jovens trabalhando no setor produtor de bens. Os ramos que mais abrigam o trabalho juvenil é o da manufatura e o de construção. Em contrapartida, apesar de haver o predomínio de adultos também no setor de serviços, a participação dos jovens acaba sendo um pouco maior. A maioria dos jovens trabalha nos serviços pessoais e, em segundo lugar, na distribuição dos serviços. Quanto aos mais velhos, a imensa maioria trabalha na agricultura (média da OCDE: 0,39). Os trabalhadores que não estão envolvidos nesta atividade estão quase que igualmente distribuídos nas demais ocupações. Assim como acontece com a razão jovens/ adultos, a razão velhos/não velhos nos mostra que na economia em geral há o predomínio dos adultos no emprego total, ou seja, aquelas pessoas com idade entre 25 e 54 anos. Observamos o predomínio de jovens trabalhando nos serviços pessoais. Isso ocorre principalmente em países

como os EUA (razão jovens/ adultos: 0,45), que possuem maior desigualdade social. Nos países europeus essa razão é bem menor. Quando a razão é de trabalhadores com média/ alta qualificação, temos um maior número de trabalhadores menos qualificados empregados também nos serviços pessoais. Isso pode ser percebido com maior clareza principalmente observando o caso espanhol, em que essa razão chega a ser de 2,57.

Quando analisamos a qualificação dos trabalhadores, não podemos prender nossa atenção na média geral da OCDE. O valor da razão trabalhador com baixa qualificação/ altamente qualificados depende de cada nação. Não há um padrão e muito menos existe uma tendência geral. Nos EUA, por exemplo, em nenhum dos ramos de atividade há mais trabalhadores com qualificações mais baixas. Há o claro predomínio dos trabalhadores com alta qualificação em todos os subsetores. Porém, tanto no setor produtor de bens quanto no setor de serviços, os trabalhadores com nível universitário nunca superam a quantidade de trabalhadores sem nível superior. Ao contrário dos EUA, países como a Grécia, a Espanha e Portugal possuem uma imensa massa de trabalhadores com baixa qualificação. O resultado da razão baixa qualificação/alta qualificação depende não só do tamanho da economia e da proporção do PIB, mas depende principalmente de quanto o país investe em educação.

A crescente desregulamentação do mercado de trabalho fora resultado principalmente da brusca queda da taxa de crescimento nos países desenvolvidos. O acirramento da concorrência internacional levou à necessidade de racionalização produtiva e flexibilização das relações trabalhistas. Novas tecnologias foram desenvolvidas, provocando aumento da produtividade e redução da necessidade de trabalhadores para um mesmo processo produtivo. Os serviços ganharam crescente importância ao final do século XX, sendo os principais responsáveis em segurar a queda do desemprego. No setor terciário fora onde observamos de forma mais precisa a precarização do mercado de trabalho, principalmente pela jornada de trabalho parcial, trabalhos de caráter informais e com menor proteção social.

Capítulo 3 – Algumas questões colocadas ao Mercado de Trabalho e as recentes mudanças

Recentemente a “nova ordem mundial” – liberalização dos mercados de trabalho, mundialização do capital, menor intervenção dos estados nacionais nas economias – refletiram-se na influência das agências globais. A nova ordem é de liberar, deixar que o mercado resolva seus próprios problemas. O novo pensamento predominante acarretou em conseqüências aos trabalhadores – flexibilização, precarização, etc.

3.1. O papel das “agências globais” no mundo do trabalho

Como visto nos capítulos anteriores, nas últimas décadas a tendência de precarização no mercado de trabalho foi crescente nos países desenvolvidos, acompanhada de cada vez menos proteção social por parte do Estado, bem como a crescente desregulamentação do trabalho – causando cada vez mais insegurança aos trabalhadores. A diminuição da proteção social e o fim do Estado de bem estar começaram na década de 70; a elevação da taxa de juros provocada pelo Federal Reserve em 1979 afetou as políticas de desenvolvimentismo. Findo os trinta anos gloriosos do pós-guerra, o neoliberalismo ganhou força e passou a difundir-se pelo mundo. Gimenez expõe em seu trabalho a importância das agências globais nessa nova ordem mundial; as reformas liberais traduzem-se em resultado às demandas no Fundo Monetário Internacional (FMI), ao Banco Mundial e à intervenção cada vez mais crescente da economia norte-americana – bem como o unilateralismo dos EUA no âmbito mundial. (Gimenez, 2007: 53; 62)

Segundo Gimenez, nos anos 70 houve um crescimento do unilateralismo sob hegemonia norte-americana, que começara no pós-guerra, bem como a derrocada da ordem regulada pelo Bretton Woods. Ocorreram a queda da capacidade dinâmica de acumulação, o crescimento da financeirização da riqueza produzida (que abriu espaço para a valorização das finanças públicas na esfera privada, bem como trouxe um clima deflacionário para as principais economias), a liberalização dos mercados financeiros e o aumento dos fluxos comerciais. Todo este contexto revelou a crise estrutural que estava ocorrendo, bem como o

fim da ordem do pós-guerra, revelando uma nova ordem mundial caracterizada por mais instabilidade e por mundialização do capital. As significativas reduções no crescimento das economias nacionais e as expressivas taxas de desemprego trouxeram pressões por proteção social. Em contrapartida, os Estados nacionais passaram a enfrentar crescentes dificuldades de financiamento. (Gimenez, 2007: 62)

O Consenso de Washington evidenciou a necessidade de redução de custos das empresas e controle do gasto público, evidenciando a relevância dada à flexibilização das relações de trabalho e à desregulamentação. O mercado de trabalho tornou-se mais competitivo, houve queda nos ritmos de crescimento em muitos países, o desemprego passou a figurar-se como um problema crescente e cada vez mais expressivo. Nas décadas de 1980 e 1990 a tendência foi de continuidade ao padrão recentemente introduzido: as atividades financeiras tornaram-se cada vez mais relevantes. Para o autor, as três agências globais – FMI, Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio (OMC) – passaram a exercer o controle sobre a globalização, comandando também a política social global. Tais agências possuem como característica comum a homogeneização das políticas sociais e do trabalho (porém cabe lembrar que tais políticas surtem efeitos diferenciados em cada país, devido as suas especificidades). Em relação às principais economias, o Banco Mundial passou a preocupar-se com a elevação das desigualdades ocasionadas pela nova ordem, visto todos os benefícios sociais conquistados com o Estado de bem-estar; também observando questões como os problemas ambientais, as questões referentes à globalização e às mudanças nas relações de poder entre os trabalhadores, os governos e as empresas. O Banco Mundial vê a globalização como extremamente benéfica para as sociedades, tendo em vista que a integração entre os países integrados crescem mais rápido, elevando o nível de emprego, de renda e reduzindo a pobreza. A questão que se coloca no momento é a de que os benefícios do livre-comércio e da desregulamentação ocorrem em longo prazo, gerando no curto prazo insegurança no mundo do trabalho, queda no nível de emprego e de renda, maior rotatividade dos trabalhadores, precarização das relações de trabalho e das ocupações. Nessa interface as novas modalidades de proteção social, como transferência de renda e microcrédito, recebem maior destaque. (Gimenez, 2007: 53-67)

Na análise das agências mundiais, Gimenez mostra que o Fundo Monetário Internacional incentiva reformas nas políticas do trabalho como forma de alcançar maior competitividade no mercado de trabalho, a flexibilização salarial e a redução das rigidezes nas relações de trabalho; estimulando fortemente a redução dos gastos sociais e a menor intervenção estatal. No mesmo caminho e ideais, a Organização Mundial do Comércio é uma das principais agências globais na defesa da liberalização, buscando o fim do protecionismo e políticas comerciais e financeiras mais autárquicas. A OMC defende o livre-comércio, pois traz crescimento econômico e aumento do nível de emprego, apesar de que esta agência busca não se envolver em questões sociais e do trabalho. As agências globais buscam atuar em conjunto e harmonia. A Organização Internacional do Trabalho, pelo menos em princípio, possui um caráter diferenciado, pois suas preocupações estão centradas nas questões sociais e do trabalho. Seus objetivos eram de atenuar os efeitos da globalização, pois a liberalização acabou surtindo efeitos diferentes dos esperados. A OIT busca defender os direitos básicos dos trabalhadores, lutam para que os postos de trabalho sejam melhorados, para que o trabalho forçado e infantil sejam erradicados, pela liberdade de associação, dos direitos de sindicalização, negociação coletiva e pelo princípio da não discriminação (nas questões de emprego e ocupação). Nos anos 90, em resposta às pressões sofridas, a OIT acabou incorporando temas mais liberais, defendendo uma agenda mínima, concordando, a partir de então, com a visão da Organização Mundial do Comércio. (Gimenez, 2007: 81-85)

3.2. Precarização e a flexibilização: Temas centrais no mercado de trabalho atual

Na discussão sobre a questão do trabalho, a precarização tornou-se um fenômeno social considerado como central e extremamente negativo. Segundo Demazière, é caracterizado principalmente pela multiplicação de formas atípicas de trabalho, que sob muito menos proteção, quando comparado aos trabalhos por tempo indeterminados. O autor cita exemplos de resultados da recente precarização: as novas formas de trabalho – os estagiários, trabalhadores por tempo parcial, trabalhadores pobres, sem domicílio fixo, intelectuais sem emprego definido, etc. Em geral, podemos dizer que as pessoas vítimas da

recente precarização acabam trabalhando sem proteção social – ocorrendo prioritariamente no setor terciário da economia. (Demazière, 2006: 1-2)

Demazière defende a idéia de que há cinco formas de trabalho distintas:

- a) Empregos sob a proteção das normas e estatutos. São, por definição, estáveis e permanentes;
- b) Empregos sem a proteção de normas e estatutos. Correspondem aos tipos de ocupações precárias, temporárias e às formas peculiares de emprego; é um intermédio entre empregos permanentes e desemprego;
- c) Trabalhadores sem passado (por exemplo, os inválidos para o trabalho), sem futuro (em busca do primeiro emprego, estagiários etc.), ou indiretos;
- d) Estatutos com proteção social, definidos pelos direitos que independem do emprego, mas que estão relacionados aos sistemas de auxílios sociais;
- e) Os sem-estatutos – ausência de direitos providos da ação social do Estado e sem proteção da segurança nacional.

O aumento da precarização do emprego indica uma desestabilização geral da sociedade salarial. Demazière afirma que este fenômeno leva à vulnerabilidade social e conduz ao desemprego, afetando principalmente aos mais frágeis – trazendo incertezas e insegurança no trabalho. Segundo o autor, encaixam-se na definição de trabalho precário os contratos por tempo determinado, ocupações temporárias ou ainda trabalho por tempo parcial – flexibilização. (Demazière, 2006: 3-4))

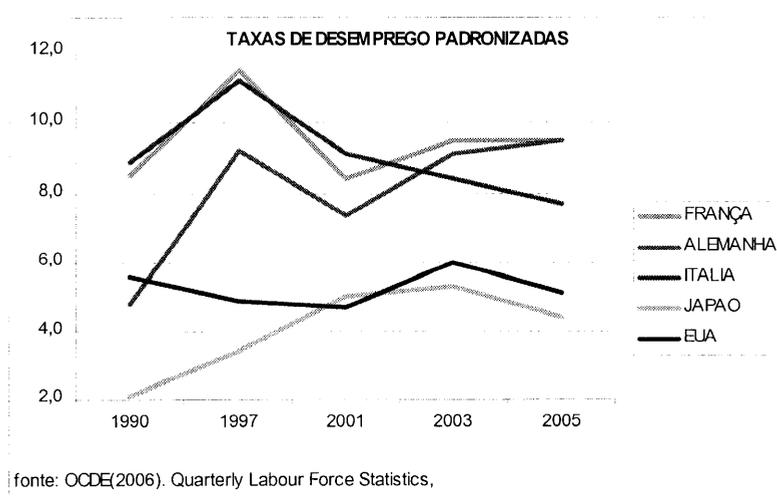
Freyssinet vê a flexibilização como uma tendência do mercado de trabalho pós 1990. Em sua análise, afirma que a tendência de flexibilização da amplitude da taxa salarial é frequentemente interpretado como sendo inerente ao processo capitalista, e não como um processo que pode ser benéfico – sob o limite da resistência dos trabalhadores. Na União Européia em geral, pode-se observar a proliferação de formas particulares de ocupação: trabalho por tempo parcial, trabalho temporário (ou com duração determinada). Porém o trabalho por tempo parcial (fenômeno principalmente feminino) não pode ser interpretado

como um indicador exclusivamente de flexibilização, pois reflete também especificidades nacionais da divisão sexual do trabalho. (Freysinet, 2006: 1-5)

INCIDENCIA E COMPOSIÇÃO DO EMPREGO POR TEMPO PARCIAL										
EMPREGO PARCIAL COMO PROPORÇÃO DO EMPREGO TOTAL										
	HOMENS					MULHERES				
	1994	2002	2003	2004	2005	1994	2002	2003	2004	2005
FRANÇA	5,3	5,2	4,7	4,8	5,3	24,5	24,1	22,7	23,5	23,3
ALEMANHA	3,0	5,5	5,9	6,3	7,4	28,0	35,3	36,3	37,0	39,4
ITALIA	4,2	4,9	4,9	5,9	5,3	20,6	23,5	23,6	28,8	29,2
JAPAO	11,7	14,0	14,7	14,2	14,2	35,7	41,2	42,2	41,7	42,3
EUA	8,5	8,0	8,0	7,8	7,8	20,4	18,5	18,8	18,8	18,3

	EMPREGO POR TEMPO PARCIAL COMO PROPORÇÃO DO EMPREGO TOTAL					PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO EMPREGO POR TEMPO PARCIAL				
	1994	2002	2003	2004	2005	1994	2002	2003	2004	2005
FRANÇA	13,8	13,7	12,9	13,3	13,6	78,6	79,5	80,2	80,7	79,1
ALEMANHA	13,5	18,8	19,6	20,1	21,8	87,1	83,7	83,3	82,8	81,4
ITALIA	10,0	11,9	12,0	14,9	14,7	72,6	74,4	74,7	76,1	78,0
JAPAO	21,4	25,1	26,0	25,5	25,8	67,6	67,0	66,7	67,4	67,7
EUA	14,2	13,1	13,2	13,2	12,8	68,4	68,3	68,8	68,3	68,4

FONTE: BASE DE DADOS DA OCDE EM LABOUR FORCE STATISTICS



Em resposta ao desemprego elevado e persistente em muitos países da OECD nos anos 80 e 90, a OECD realizou um estudo referente aos fatores da deterioração do mercado de trabalho. O resultado do diagnóstico foi publicado em 1994. As recomendações da política geral podem ser definidas como “a estratégia dos trabalhos OECD”: Realizar política macroeconômica que incentive o crescimento (sendo sustentável e não-inflacionária); Difusão e desenvolvimento de tecnologias; Aumento da flexibilidade do tempo e trabalho (buscado voluntariamente por trabalhadores e empregadores); Obter salários e custos do trabalho mais flexíveis; etc. (OCDE, 2006). Torna-se evidente a ênfase dada para a

flexibilização das relações de trabalho, que ganhou cada vez mais peso nas atuais discussões sobre a questão do desemprego.

MÉDIA DE HORAS TRABALHADAS POR CADA PESSOA EMPREGADA									
	1979	1983	1994	2000	2001	2002	2003	2004	2005
FRANÇA	1856	1759	1676	1592	1579	1437	1532	1543	1535
ALEMANHA			1543	1468	1453	1441	1434	1440	1435
ITALIA	1973	1693	1882	1855	1851	1828	1810	1803	1791
JAPÃO	2126	2095	1898	1821	1809	1798	1801	1789	1775
EUA	1834	1825	1842	1841	1819	1814	1806	1908	1804

A. DATA REFER TO STABLISHMENTS WITH 30 OR MORE EMPLOYEES
 B. DATA REFER TO STABLISHMENTS WITH FIVE OR MORE EMPLOYEES
 FONTE: EMPLOYMENT OUTLOOK 2006

A média de horas trabalhadas por cada pessoa empregada, conforme a tabela acima evidencia o aumento de produtividade na relação capital/trabalho. Ao mesmo tempo, podemos relacionar a queda das horas trabalhadas, nos países selecionados, ao fato do aumento do trabalho por tempo parcial e da flexibilização do trabalho, tendência crescente nos países desenvolvidos.

A precarização e a flexibilização das relações de trabalho traduzem-se principalmente no setor dos serviços, que sofrem bastante com a informalidade. O setor secundário está socialmente mais amparado pelas legislações trabalhistas, ou seja, acabam vigorando as relações formais. O setor terciário encontra-se, em grande parte, desamparado; predominam os serviços de baixa qualidade e qualificação, traduzindo-se em baixas remunerações.

Podemos afirmar que nas últimas décadas a pressão internacional, representada principalmente pelas agências globais (OIT, OMC, FMI e Banco Mundial), foi de grande relevância para a liberalização dos mercados de trabalho nacionais. Essas ações trouxeram redução da proteção social, flexibilização dos mercados de trabalho e precarização. Como dito anteriormente, os mais prejudicados foram os trabalhadores, que passaram a sofrer cada vez mais com as inseguranças no trabalho. Essas conseqüências tiveram um caráter abrangente, porém o setor mais afetado foi o dos serviços, pois são o setor mais dominado pela informalidade, e de mais difícil controle dos estados nacionais.

Conclusão

A mudança nas relações entre o Estado e a sociedade trouxe prejuízos para os trabalhadores em geral, resultando no fim das negociações coletivas, desregulamentação do mercado de trabalho. O novo panorama facilitou as empresas em demitirem/admitirem novos funcionários, aumentando, deste modo, a rotatividade dos trabalhadores e a insegurança no mercado de trabalho. As taxas de desemprego cresceram bastante nas últimas décadas, tendo como principal causa a queda brusca da taxa de crescimento das principais economias.

Os atributos exigidos dos trabalhadores são cada vez maiores, sendo requisitados cada vez mais qualificações, maior tempo de escolaridade e nível de estudo, experiências anteriores – o que prejudica os jovens em busca do primeiro emprego. Em contrapartida, temos a crescente participação feminina no mercado de trabalho, que iniciaram com os piores postos e salários, e, aos poucos, estão conquistando maior espaço. Do mesmo modo, o setor primário perdeu forte participação, de forma definitiva, e os serviços tornaram-se o “carro-chefe” para o crescimento dos postos de trabalho.

A concorrência internacional, aliada às medíocres taxas de crescimento das economias nacionais e à racionalização produtiva, trouxe bruscas quedas no nível de emprego. Além disso, a produtividade do trabalho aumentou bastante, fazendo com que o trabalho necessário para determinado serviço ou produto se reduzisse substancialmente. Esse foi um dos principais motivos que acarretou na perda de importância do setor secundário na economia, ou seja, passaram a ter menos representatividade no nível geral de emprego.

O crescimento significativo dos serviços na economia deu-se quase que conjuntamente com a elevação da precarização dos postos de trabalho. A flexibilização das relações de trabalho teve maiores efeitos no setor terciário, como, por exemplo, com o trabalho por tempo parcial. Os trabalhadores empregados nos serviços acabam sofrendo mais com a informalidade e com os postos de trabalho precários. Como apresentado anteriormente, a flexibilização/precarização manifesta-se na criação de mecanismos como

trabalho de estagiários, trabalhadores por tempo parcial, intelectuais sem emprego fixo, trabalhadores pobres, sem domicílio fixo, etc.

Os órgãos multilaterais e as “agências globais” pressionam cada vez mais os Estados nacionais para que interfiram cada vez menos nas sociedades e no mercado de trabalho, tornando, assim, as relações de trabalho mais cruéis e deixando os “grupos-problema” mais vulneráveis. A pressão por flexibilização das relações de trabalho tornaram-se crescentes, provocando, entre outros resultados, elevação do trabalho por tempo parcial nas principais economias. A justificativa para a crescente flexibilização é a redução das taxas de desemprego; por isso são tão defendidas por tais órgãos.

Infelizmente critica-se tanto o Estado keynesiano-interventor, que possuía sua atuação em defesa da população, de maior distribuição de renda e do pleno emprego. O mercado de trabalho tornou-se mais injusto e excludente, deixando os mais indefesos cada vez mais vulneráveis. A flexibilização veio como desculpa ao acirramento da concorrência internacional, porém o real problema acabou sendo deixado em segundo plano: as medíocres taxas de crescimento.

Referências Bibliográficas

Beveridge, L., **Pleno empleo em uma sociedad libre**, Madrid, Ministério de Trabajo Y Seguridad Social, 1988.

Castel, R., **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**, Petrópolis, RJ, Vozes, 1998.

Dedecca, C. S., **Conceitos e estatísticas básicas sobre o mercado de trabalho** In: *Economia & Trabalho: textos básicos*; Marco Antônio de Oliveira (organizador), Campinas, SP, UNICAMP/IE, 1998.

Dedecca, C. S., **Racionalização econômica e trabalho no capitalismo avançado**, Campinas, SP, UNICAMP/IE, 1999.

Dedecca, C. S. **Reestruturação produtiva e tendências do emprego** In: *Economia & Trabalho: textos básicos*; Marco Antônio de Oliveira (organizador), Campinas, SP, UNICAMP/IE, 1998.

Demazière, D., **Précarités d'emploi, précarités de condition: entre formes et normes**, São Paulo, USP, 2006.

Freyssinet, J., **Les trajectoires nationales vers la flexibilité du rapport salarial: lê cas de la France dans lê contexte de l'Union européenne**, São Paulo, USP, 2006.

Gimenez, D. M.; **A questão social e os limites do projeto liberal no Brasil**, Campinas, SP, UNICAMP, 2007.

Gimenez, D. M.; **Políticas de emprego no século XX e o significado da ruptura neoliberal**, São Paulo, SP, Annablume, 2003.

Mattoso, J. E. L., **A desordem do trabalho**, São Paulo, SP, Editora Página Aberta Ltda, 1995.

Mattoso, J. **Transformações econômicas recentes e mudanças no mundo do trabalho** In: *Economia & Trabalho: textos básicos*; Marco Antônio de Oliveira (organizador), Campinas, SP, UNICAMP/IE, 1998.

Offe, C., **Capitalismo Desorganizado**, São Paulo, SP, Editora Brasiliense, 1985.

Oliveira, C. A. B., **Industrialização, desenvolvimento e trabalho no pós-guerra** In: *Economia & Trabalho: textos básicos*; Marco Antônio de Oliveira (organizador), Campinas, SP, UNICAMP/IE, 1998.

Oliveira, M. A. **Reestruturação produtiva e mudanças nas relações de trabalho** In: *Economia & Trabalho: textos básicos*; Marco Antônio de Oliveira (organizador), Campinas, SP, UNICAMP/IE, 1998.

Salm, C. **Novos requisitos educacionais do mercado de trabalho** In: *Economia & Trabalho: textos básicos*; Marco Antônio de Oliveira (organizador), Campinas, SP, UNICAMP/IE, 1998.

Sampaio, P. A. **Crise e políticas de ajuste nos países capitalistas avançados** In: *Economia & Trabalho: textos básicos*; Marco Antônio de Oliveira (organizador), Campinas, SP, UNICAMP/IE, 1998.

Sousa Santos, B., **Introdução: para ampliar o cânone do internacionalismo operário** In: *Trabalhar o Mundo: os caminhos do novo internacionalismo operário*; Boaventura Sousa Santos (organizador), Rio de Janeiro, RJ, Civilização Brasileira, 2005.

OCDE – www.oecd.org - Employment Outlook, vários anos

FMI – “International Financial Statistics – Yearbook”, 2002; e dezembro/2002